

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 21

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ANFIP

Vilson Romero assume presidência da Anfip..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Excluídos de aumento, servidores protestam..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Policiais e partidos atendidos..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita e BC lideram revolta dos excluídos..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo estuda igualar salário máximo para delegado da PF ao do STF..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corte de verbas da Receita pode ter consequência em aeroportos no fim de ano - COLUNA DO
ESTADÃO..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores da Receita reagem e ameaçam entregar cargos..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação desacelera, mas tem o melhor novembro em sete anos..... 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

General Heleno deve explicações sobre garimpo (Editorial)..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Elite no serviço público, auditores protestam por bônus..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento das desigualdades (Editorial)..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga R\$ 1,5 bi em ações judiciais atrasadas..... 19

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do INSS vai mudar em 2022; confira quais serão as alterações (Previdência)
..... 20

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio Emergencial, Bolsa Família, Auxílio Brasil: brasileiros relatam desespero, fome e
incertezas em 2021

.....	22
PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Aprovação do Orçamento eleva teto do INSS para R\$ 7 mil em 2022.....	25
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Calcule se você pagará menos IR com aporte agora em previdência privada.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES SERVIDOR PÚBLICO	
Ainda resta lucidez no governo (Editorial).....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO	
Ano deve trazer mais aperto de caixa a prefeitos, diz CNM.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
"País precisa sair da armadilha do baixo crescimento".....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
O que não ocorrerá em 2022 (Artigo).....	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Arrecadação federal atinge R\$ 157 bilhões em novembro.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Campanhas turbinadas e reajuste para policiais.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Os avisos de Mourão e Santos Cruz - ELIO GASPARI.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Orçamento é capturado por interesses e projetos eleitorais.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação versus consumo e PIB (Editorial).....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Não há espaço fiscal para aumentar Auxílio Brasil, diz Nogueira.....	43

Vilson Romero assume presidência da Anfip

O auditor fiscal e jornalista Vilson Antonio Romero assumirá a Presidência da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** a partir de 2 de janeiro. Ele substituirá o mineiro Décio Bruno Lopes. Romero é auditor fiscal aposentado, natural de Porto Alegre, bacharel em Administração Pública e de Empresas pela Ufrgs e em Jornalismo pela PUCRS. É vice-presidente da Associação Riograndense de Imprensa, membro da Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Brasileira de Imprensa e também diretor do Dieese.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Excluídos de aumento, servidores protestam



CRISTIANE NOBERTORAPHAEL FELICE

A aprovação do Orçamento de 2022 com previsão de R\$ 1,7 bilhão para reajustar os salários de policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários federais provocou uma grito geral de servidores não contemplados com o aumento.

Audidores fiscais da **Receita Federal** reagiram com indignação ao que chamam de falta de reconhecimento e preparam a entrega coletiva e imediata de cargos no órgão. Cerca de 200 servidores já aderiram ao movimento. "Adicionando insulto à injúria, recursos da própria **Receita Federal** serão cortados para satisfazer os reajustes acordados com as carreiras policiais, numa demonstração de absoluto desrespeito à administração tributária, que, como nunca, tem se empenhado para prover a sustentação financeira do Estado brasileiro", enfatizou o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco). "A **Receita Federal** não merece e não pode ser humilhada mais uma vez. Somente uma reação em uníssono da Casa pode mostrar ao mundo político a nossa força e o nosso poder de indignação." Em nota, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) manifestou repúdio aos termos do relatório do Orçamento. A entidade reconheceu a importância das polícias federais, mas alegou "perplexidade" com a decisão de "conceder reajuste apenas aos membros dessas carreiras, ignorando completamente mais de 1 milhão de **servidores públicos** que tiveram seus salários corroídos pelo aumento galopante da **inflação** desde a última recomposição, há cinco anos".

"Assim como os servidores da PF e PRF, os servidores do Congresso Nacional e TCU, como tantos outros, tiveram seus vencimentos corrigidos pela última vez ainda em 2016. Estão na mesma situação os profissionais da saúde e da educação. O que

justifica, portanto, esta injusta e insensível escolha do governo", diz o **comunicado**.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) também protestou. "O BC é um órgão essencial para a estabilidade econômica do país. Contudo, nos últimos anos, não houve, por parte do governo federal, o reconhecimento dessa importância na forma de melhorias remuneratórias. Os reajustes devem ser para todas as carreiras, não só para os policiais federais", afirmou Fábio Faiad Bottini, presidente da entidade. De acordo com funcionários do banco, "o reajuste salarial apenas para os servidores de segurança traria uma assimetria injusta e cruel". Além disso, "poderia provocar não só uma animosidade dentro do funcionalismo, que piora o clima e a cultura organizacional".

Reclamação também surgiu por parte da Associação Nacional de Advogados Federais. Segundo Lademir Rocha, presidente da entidade, o impacto da **inflação** sem reajuste vai reduzir o poder de compra da categoria. Ele frisou, ainda, que as duas últimas correções dos advogados federais foram em 2017 e 2019.

"Isso é perda consolidada, a **inflação** voltou e, no ano que vem, a perspectiva é de que seja ainda maior. Mas não há nenhum índice no Orçamento prevendo reajuste para a categoria. Isso gera efeito em cadeia. O consumo dessas pessoas vai diminuir, e o foco será em gastos essenciais", destacou.

Policiais e partidos atendidos



Acordo de legendas permitiu aprovação de texto alterado pelo relator, após pedido de Bolsonaro para contemplar segurança

Jorge Vasconcellos, Cristiane Norberto, Israel Medeiros e Raphael Felice

O Congresso Nacional aprovou, ontem, o substitutivo do deputado Hugo Leal (PSD-RJ) ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2022, que assegurou recursos de R\$ 1,7 bilhão para aumento dos salários dos policiais federais, rodoviários federais e agentes penitenciários federais, categorias que sustentam apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL), e prevê R\$ 4,9 bilhões para o fundo de financiamento a campanhas eleitorais no ano que vem. Entre outros pontos, o texto prevê espaço fiscal de R\$ 110 bilhões, dos quais R\$ 89 bilhões vão financiar o Auxílio Brasil de R\$ 400, substituto do Bolsa-Família. Essa folga foi obtida com as mudanças trazidas pela PEC dos Precatórios. A matéria segue, agora, para sanção do presidente da República.

Audidores da **Receita Federal** preparam entrega de cargos e servidores do Banco Central repudiaram a correção limitada aos policiais. A peça orçamentária eleva o valor do salário mínimo dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210, sem aumento real. Na proposta original do Executivo, esse valor era de R\$ 1.169, mas houve alteração para, de certa, contemplar a recomposição da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referência para a correção dos salários. Ao mesmo tempo, houve cortes em gastos com Previdência, subsídios e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), permitindo a ampliação de outras despesas, como as chamadas emendas de relator, segundo estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Na Câmara, o substitutivo foi aprovado por 358 votos favoráveis e 97 contrários. No Senado, o placar ficou em 51 votos a 20. Horas antes, o texto foi chancelado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde houve um acordo de líderes partidários. Segundo o

substitutivo do relator, o valor total das despesas para 2022 será de R\$ 4,823 trilhões, dos quais R\$ 1,885 trilhão se referem ao refinanciamento da dívida pública.

O substitutivo prevê também déficit de R\$ 79,3 bilhões nas contas do governo federal. O valor está abaixo da meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022), que era de rombo estimado em R\$ 170,5 bilhões, mas supera os R\$ 49,6 bilhões previstos no texto original do projeto de Lei Orçamentária.

Segundo o parecer do relator, Hugo Leal (PSD-RJ), a aceleração inflacionária impactou o INPC, índice utilizado para a correção do salário mínimo e dos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais. A variação acumulada em 12 meses até novembro do indicador atingiu 9,36%.

No substitutivo, foi adotada projeção do INPC de 10,18% para 2021, com base na previsão de que o indicador deverá se situar em patamar próximo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial do custo de vida no país. A previsão para 2022 é de que o IPCA fique em 4,25%.

SECRETO Foram, ainda, reservados R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator, que distribuem verbas do chamado orçamento secreto. Os recursos para o reajuste dos vencimentos dos policiais - os agentes de segurança mais bem pagos do país - foram incluídos no orçamento após Bolsonaro ter telefonado, na segunda-feira, para Hugo Leal, e ter feito o pedido do recurso.

O apelo do chefe do Executivo a Leal foi feito tendo em vista que o deputado não atendeu à mesma solicitação por parte do Ministério da Economia para incluir uma previsão orçamentária destinada ao reajuste dos policiais. A pasta comandada por Paulo Guedes pediu R\$ 2,8 bilhões para essa finalidade.

O valor fechado para o fundo eleitoral, o fundão, de R\$ 4,934 bilhões, ficou abaixo dos R\$ 5,7 bilhões que haviam sido vetados por Bolsonaro e que, posteriormente, foram restabelecidos após o veto presidencial ser derrubado pelo Congresso. Líderes do PCdoB, Podemos, Psol, Cidadania, Rede e Novo orientaram a rejeição do projeto.

O acordo fechado pela maioria das siglas para a aprovação do projeto incluiu, entre outros pontos, o reforço das verbas da saúde e da educação, que, em

2022, terão, respectivamente, pouco mais de R\$ 147 bilhões e de R\$ 113 bilhões. Foram também reservados R\$ 800 milhões para reajustar os salários dos agentes comunitários de Saúde e dos agentes de controle de endemias.

"A área de educação foi um ponto de união. Nós priorizamos a educação nessa comissão. E ela foi priorizada por todos. Todos votaram pela prioridade e por ela trabalharam, mesmo quando faltou um pouquinho do cobertor", disse a senadora Rose de Freitas (MDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento.

INVESTIMENTOS O relatório de Hugo Leal prevê, para 2022, o menor patamar de investimentos públicos federais da história. Foram reservados R\$ 44 bilhões para que o governo invista em setores como infraestrutura, escolas, postos de saúde, defesa, pavimentação e em todas as áreas que dependem de recursos da União.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/12/2021/p1>

SEM GANHO

R\$ 1.210

**É o salário mínimo fixado
pelo Congresso para 2022**

Receita e BC lideram revolta dos excluídos



BILLY BOSS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pressionado pelo governo Bolsonaro, relator da proposta, Hugo Leal (PSD-RJ) resistiu à verba pretendida, que era de R\$ 2,8 bilhões

Rosana Hessel, Cristiane Norberto e Raphael Felice

Logo após acordo firmado entre o relator da proposta do Orçamento 2022 na Câmara dos Deputados, Hugo Leal (PSD-RJ), e o presidente Jair Bolsonaro (PL) para a inclusão de aumento dos salários dos policiais, os auditores da **Receita Federal** se mobilizaram para preparar a entrega coletiva de cargos na instituição. O processo é imediato e, de acordo com o sindicato da categoria, cerca de 200 servidores já aderiram ao movimento na tarde de ontem.

Os servidores do Banco Central (BC), representados pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), entregaram ao Correio Braziliense/Diários Associados cópia de manifesto no qual criticam o reajuste concedido a apenas categorias da área de segurança. "O BC é um órgão essencial para a estabilidade econômica do país. Contudo, nos últimos anos, não houve, por parte do governo federal, o reconhecimento dessa importância na forma de melhorias remuneratórias. Os reajustes devem ser para todas as carreiras, não só para os policiais federais", afirmou Fábio Faiad Bottini, presidente do Sinal.

O argumento é que a correção salarial limitada aos policiais cria "assimetria injusta e cruel". O relator do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), cedeu fatia do orçamento para o aumento de policiais federais no ano que vem na última versão apresentada da peça orçamentária, reservando R\$ 1,7 bilhão. A intenção do governo era reservar R\$ 2,86 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões serão destinados aos policiais.

O restante também contemplaria outras duas

categorias, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, não quis citar quais seriam porque "senão todo mundo vai querer". Ontem, após a revelação dos valores para os policiais, outras organizações de servidores reclamaram da falta de reconhecimento por parte do governo.

A mobilização dos auditores fiscais foi imediata. "O ato é contra novo corte orçamentário para os sistemas da Receita e contra descumprimento do acordo firmado com a categoria, que previa a regulamentação de uma lei vigente desde 2017", informou a assessoria do Sindifisco em referência ao bônus de eficiência - um benefício que é bastante criticado entre os demais servidores do Ministério da Economia, que não têm o mesmo privilégio.

A medida provocou indignação de quem acompanha com zelo as contas públicas. "Complemento de voto do relator do orçamento traz reajuste salarial para policiais. Desculpem, mas isso é festa da cocada", escreveu, nas redes sociais, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

De acordo com o presidente do Sindifisco, Kleber Cabral, o corte de recursos na Receita, estimado em R\$ 1,2 bilhão - mais de R\$ 600 milhões só da parte de tecnologia da informação, será usado pra custear aumento dos policiais prometido pelo presidente Jair Bolsonaro.

NA ESCASSEZ Para o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), apesar das dificuldades enfrentadas para chegar a acordos, o projeto aprovado pelo Congresso é "um bom orçamento".

"O orçamento é a arte do possível. Faltam recursos para infraestrutura, para melhorar a capacidade competitiva do país, mas o orçamento foi bem elaborado. Estamos votando todos os pleitos, votando por acordo e vai ser muito útil para o Brasil ter o orçamento funcionando o quanto antes para o ano que vem", disse o parlamentar.

OS GASTOS PONTO A PONTO

» **Fundo eleitoral:** O relator reduziu para R\$4,93 bilhões o valor destinado para financiar campanhas eleitorais em 2022, mas o total ainda representa mais que o dobro da verba destinada aos partidos nas eleições de 2018. A quantia anteriormente proposta, após a derrubada do veto do presidente Bolsonaro,

era de R\$5,7 bi

» Emendas de relator: O orçamento de 2022 tem limite de R\$16,5 bilhões para as chamadas emendas de relator, que têm sido alvo de críticas por causa da falta de transparência. Montante será utilizado na área da saúde, educação e desenvolvimento urbano

» Aumentos de salários: O relator destinou cerca de R\$1,7 bilhão para reajuste de servidores da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen); outros R\$ 800 milhões serão aplicados na correção do piso salarial de agentes comunitários de saúde

» PEC dos Precatórios: O governo previa abertura de espaço no orçamento da ordem de R\$ 106,1 bilhões com a promulgação da proposta no ano que vem. No relatório do PLOA, esse valor foi revisado para cima: R\$113,1 bilhões em 2022. Ao todo, serão R\$ 89,06 bilhões para o Auxílio Brasil, programa social substituto do Bolsa-Família

» Salário mínimo: Cresceu a previsão do salário mínimo para 2022 dos atuais R\$1.100 para R\$1.211,98, mas não haverá ganho real, acima do custo de vida. A ideia é tentar dar previsibilidade no que diz respeito à inflação, que deve continuar alta no próximo ano

» Saúde e educação: A área de saúde receberá R\$147,7 bilhões; e a educação terá R\$113,4 bi, sendo que R\$30,1 bi serão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb)

» Teto de gastos: Terá limite de R\$1,679 trilhão, com correção que tem como base a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

» Dívida pública: A expectativa, segundo o relatório aprovado, é de que os gastos com a dívida pública cheguem a R\$1,885 trilhão em 2022

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/12/2021/p1>

Governo estuda igualar salário máximo para delegado da PF ao do STF

Marianna Holanda, Fábio Pupo e Idiana Tomazelli

O governo Jair Bolsonaro (PL) estuda a possibilidade de elevar o salário máximo de delegado da Polícia Federal para o teto do funcionalismo público, atualmente em R\$ 39.293,92 -o mesmo de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

De acordo com integrantes do governo que participam das negociações, os valores ainda não foram fechados, e é provável que as definições ocorram só em janeiro. Será necessário acomodar demandas dos policiais dentro do que for disponibilizado no Orçamento de 2022.

O Ministério da Justiça chegou a pedir reserva de R\$ 2,9 bilhões para implementar o reajuste para as corporações policiais do governo federal -entre elas PF, PRF (Polícia Rodoviária Federal) e Depen (Departamento Penitenciário Nacional). No entanto, o relator do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), destinou valor menor, de R\$ 1,7 bilhão, para aumentos salariais. Por isso, o governo passa agora a analisar o que cabe nesse espaço.

O pedido de reajuste foi feito diretamente por Bolsonaro, após o relator resistir à inclusão da reserva orçamentária. O presidente busca manter apoio entre os integrantes de sua base eleitoral conforme o calendário da disputa pelo Planalto em 2022 se aproxima. Hoje, delegados da PF ganham entre R\$ 23.693 e R\$ 30.937 e, com a reestruturação, os vencimentos ficariam de R\$ 28.889 a R\$ 39.293. Portanto, o aumento em análise seria de até 27%.

O aumento ficaria bem acima da **inflação** oficial acumulada, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que foi de 19,1% desde janeiro de 2019 - quando os policiais tiveram o último reajuste.

Um senador ou deputado, por exemplo, ganha R\$ 33.763 por mês. O presidente da República recebe R\$ 30.934,70 -Bolsonaro, porém, acumula outros benefícios e recebe, por mês, R\$ 41,6 mil.

Integrantes do serviço público conseguem receber valores acima do teto do STF porque recursos como auxílio-moradia, auxílio-educação e auxílio-creche, por exemplo, podem ficar fora desse limite.

Neste ano, o Congresso discutiu a inclusão de parte dos benefícios no teto salarial, mas a proposta não foi adiante.

Os policiais quase ficaram sem indicativo de reajuste no próximo ano, porque o Ministério da Economia havia mandado pedido de reserva dos recursos, mas sem apontar uma compensação orçamentária.

A situação gerou uma disputa dentro do governo e no Congresso e fez com que integrantes do Ministério da Justiça, em especial o ministro Anderson Torres, passassem o fim de semana em reuniões para destravar a proposta.

Quando os defensores do reajuste no governo perceberam que poderiam ter perdido a fatia do Orçamento e acionaram Bolsonaro, as tratativas avançaram. O presidente ligou e fez o pedido de reajuste para o relator.

As categorias fazem parte da base de apoio de Bolsonaro, que deverá disputar reeleição. Segundo o Datafolha, ele aparece em segundo nas intenções de voto, com 22%, contra 48% do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em cenário de primeiro turno.

A última parcela de reajuste salarial concedida aos policiais entrou em vigor no início de 2019, por força de uma lei aprovada ainda no governo Michel **Temer** (MDB).

Como mostrou a Folha, porém, um milhão de **servidores públicos** estão sem reajuste há cinco anos. São categorias que estão na base da pirâmide de salários no Executivo federal e tiveram o último aumento em 1º de janeiro de 2017.

O governo chegou a estudar a possibilidade de conceder aumento para todas as carreiras em ano eleitoral. No entanto, diante da falta de recursos, rapidamente foi necessário escolher algumas poucas categorias, com preferência àquelas mais próximas de Bolsonaro.

O pedido para beneficiar os policiais veio do próprio presidente na época, segundo relatos. O cálculo feito pelo Planalto é que, se fosse dado reajuste a todos os

servidores, a porcentagem seria tão baixa que o ganho político seria zero.

Mesmo assim, a estratégia de dar reajuste a poucos gerou protestos de outras carreiras que fazem parte da elite do funcionalismo do Executivo federal.

Nesta terça-feira (21), auditores da **Receita Federal**, por exemplo, começaram um movimento de entrega de cargos após governo e aliados terem cortado recursos do órgão.

"O corte orçamentário na Receita será usado para custear aumento dos policiais", afirmou Kleber Cabral, presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita).

Ao menos 20 auditores já pediram exoneração, entre titulares e substitutos das chefias de equipes de fiscalização.

Além do corte de recursos para o funcionamento da Receita em 2022, os auditores protestam contra a falta de regulamentação do bônus de eficiência para a categoria.

Os auditores recebem o bônus de eficiência desde 2017, após o instrumento ter sido instituído por lei. Mas a previsão legal é que ele seja variável conforme a produtividade do órgão.

Hoje, não há regulamentação sobre essa flutuação, e os auditores demandam um ato ou decreto do governo para que a mudança saia do papel.

Para ser variável, diz Cabral, os valores previstos no Orçamento teriam de aumentar para o valor máximo previsto em bônus para a categoria -o que representa R\$ 400 milhões a mais do que o previsto hoje. Os salários mensais da Receita são de R\$ 11.684,39 para os entrantes no cargo de analista tributário. Assim como na PF, a remuneração está longe do ganho médio de admissão na iniciativa privada brasileira (que não passa de R\$ 2.000). No topo da carreira, a remuneração dos auditores chega a R\$ 30.303,62.

A insatisfação com o aumento dos policiais alcança outras categorias.

Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), diz que a medida traria uma assimetria injusta porque os salários iniciais de policial federal seriam maiores que os valores de final de carreira dos servidores do BC.

Bolsonaro busca os aumentos para os policiais enquanto é investigado pela PF em inquéritos abertos pelo STF. No mais recente, a apuração mira falsa

associação feita pelo presidente entre o vírus da Aids e a vacina contra a Covid-19, durante transmissão semanal nas redes sociais.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49767&anchor=6447576&pd=0b234b6c6dabcf1228dcd4f97122105c>

Corte de verbas da Receita pode ter consequência em aeroportos no fim de ano - COLUNA DO ESTADÃO



ALBERTO BOMBIG, COM CAMILA TURTELLI E MATHEUS LARA.

O corte de verba sofrido pela **Receita Federal** no Orçamento para 2022 poderá gerar consequência nos aeroportos do País neste já conturbado fim de ano. Auditores fiscais entregaram cargos também em postos de comando nas aduaneiras, o que, ao menos em tese, deve retardar o transporte de cargas em pleno Natal, dizem especialistas no tema. A movimentação é ainda uma consequência do reajuste previsto no Orçamento a policiais, que utilizou recursos antes destinados ao funcionamento do órgão arrecadador. Foram 175 cargos entregues apenas nesta terça-feira. Os auditores devem agora realizar uma assembleia nesta quinta-feira, 23, para pressionar o governo e buscar a solução.

DISPUTA.

A pressão do Palácio do Planalto sobre a candidatura do PSDB em São Paulo tem abalado as estruturas do Progressistas, que já foi um dos mais importantes no poder paulista na era de Paulo Maluf. A sigla do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, reluta em aceitar um apoio ao pré-candidato ao governo Rodrigo Garcia (PSDB).

FAZ SENTIDO?

Apoiador de Jair Bolsonaro (PL), o deputado Guilherme Derrite (PP-SP) está, inclusive, disposto a fazer campanha contra o tucano.

Ele afirma estar fazendo um trabalho de articulação interna para que o partido apoie o ministro Tarcísio de Freitas.

SINTONIA.

"Seria mais coerente com o que está sendo feito na esfera nacional", disse Derrite.

O presidente do Progressistas- SP, deputado Guilherme Mussi, no entanto, não esconde sua preferência.

DECISÃO.

"Não está fechado o apoio ainda, eu como presidente tenho preferência de caminhar com Garcia. A ideia é esperar virar o ano. Faremos uma análise mais ampla, não será uma decisão tomada exclusivamente por mim", disse Mussi.

REDUÇÃO...

As mudanças no IPVA em São Paulo envolveram intensas negociações.

Técnicos do governo estadual elaboraram no fim de semana propostas para atenuar o aumento do preço dos veículos, que eleva o valor do imposto, mas que ficassem dentro dos limites orçamentários e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

...DE DANOS.

Mais de uma dezena de alternativas foram apresentadas a Rodrigo Garcia e ao secretário da Fazenda, Henrique Meirelles. A decisão só foi tomada na segunda, 20, mais de uma semana após o prazo tradicional para divulgação do calendário do tributo.

RADICAIS.

Para o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula, os ataques a servidores da Anvisa ultrapassaram todos os limites. Marcelo Queiroga defendeu expor os nomes de quem aprovou a vacinação de crianças no País.

RADICAIS 2.

"Há consenso entre todos do absurdo das falas do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Saúde Marcelo Queiroga", disse Carlos Lula à Coluna.

PRONTO, FALEI!

Carla Zambelli, Deputada federal (PSL-SP)

"Desinformação o que parte da direita faz, só porque esteve fora das decisões presidenciais", sobre Olavo de Carvalho dizer que Bolsonaro no segundo turno é "briga perdida".

CLICK

Sérgio Moro, Presidenciável do Podemos

Ex-juiz (esq.) se encontrou em hotel de São Paulo com o deputado estadual Arthur do Val (Patriota), membro do MBL e pré-candidato ao governo paulista.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Audidores da Receita reagem e ameaçam entregar cargos

I ADRIANA FERNANDES, E.G. e I.P.

Em resposta às negociações do Orçamento, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco) informou ontem que servidores da categoria começaram a entregar seus cargos, incluindo chefes de unidade, delegados, chefes de divisão e de equipe.

Os superintendentes geralmente são os últimos a aderir ao movimento.

"Como a indignação está enorme, espera-se também a adesão deles", afirmou o sindicato, em nota.

O ato é um protesto contra novo corte orçamentário para os sistemas da Receita e o descumprimento do acordo firmado com a categoria, que previa a regulamentação de uma lei vigente desde 2017, que trata do bônus de eficiência para os servidores.

Segundo o presidente do Sindifisco, Kleber Cabral, o corte nas verbas da Receita foi de cerca de R\$ 1,2 bilhão. Eles reclamam que a tesourada será usada para custear o reajuste dos policiais. Outras categorias também manifestaram contrariedade pelo Orçamento contemplar o aumento apenas para as carreiras vinculadas à segurança, base de apoio do governo Jair Bolsonaro.

Funcionários do Banco Central engrossam o coro dos que ameaçam entregar os cargos.

Segundo o Ministério da Economia, cerca de 1 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Executivo completarão em janeiro cinco anos sem reposição salarial.

Outros 253 mil servidores das carreiras de Estado (embaixadores e auditores da Receita) tiveram o último aumento em 2019, no primeiro dia do governo Bolsonaro, fruto de uma negociação anterior. Após isso, apenas professores federais tiveram uma última parcela de aumento em agosto de 2019.

Os auditores da Receita afirmam que se encontram "cada vez mais perplexos com o descaso" com a classe por parte do governo. No fim de novembro, os auditores fiscais já tinham aprovado uma moção de desconfiança ao ex-secretário da **Receita Federal**

José Tostes. A categoria alegou que então chefe do Fisco teria sido omissivo em temas relevantes, como a não regulamentação do teletrabalho e a falta de concursos públicos.

BANCO CENTRAL.

Ao Estadão, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, disse que há chance real de uma debandada no órgão.

"Reajustes salariais devem ser para todas as carreiras", disse.

Em nota, o sindicato argumenta que o BC é um órgão fundamental para a estabilidade econômica brasileira, mas não tem o devido reconhecimento na forma de aumento salarial. "O reajuste ser dado apenas para os servidores de segurança traria uma grave distorção: os salários iniciais das carreiras de policial federal seriam maiores que os valores do final de carreira dos servidores do BC", diz o Sinal. "Tal fato provocaria não só uma animosidade dentro da categoria (degradação do clima e da cultura organizacionais), como também uma fuga generalizada de servidores do BC quando da abertura dos concursos para policiais federais", diz a entidade.

"Recursos da própria **Receita Federal** serão cortados para satisfazer os reajustes acordados com as carreiras policiais." Sindifisco, em nota oficial

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação desacelera, mas tem o melhor novembro em sete anos



VALTER CAMPANATO/AGENCIA BR

EDUARDO RODRIGUES

Com o arrefecimento do ritmo de recuperação da economia, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais desacelerou e somou R\$ 157,340 bilhões em novembro.

O resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de apenas 1,41% na comparação com o mesmo mês de 2020.

Em relação a outubro deste ano, houve queda real de 12,80% no recolhimento de **impostos**. Ainda assim, o valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de novembro desde 2014, quando as receitas somaram R\$ 157,565 bilhões em valores corrigidos pelo IPCA, o índice oficial da **inflação**.

No acumulado do ano até novembro, a arrecadação federal somou R\$ 1,684 trilhão, o maior volume para o período da série iniciada em 1995.

O montante ainda assim representa um avanço real de 18,13% na comparação com os primeiros 11 meses do ano passado.

O ritmo é menor que o crescimento real de 20% apurado no acumulado do ano até outubro.

Em julho, o crescimento nessa comparação chegou ao pico de 26,11%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, enfatizou que o menor crescimento da arrecadação em novembro se deve à maior base de comparação em novembro do ano passado, quando foram recolhidos também os pagamentos adiados na crise

referentes ao PIS/Cofins e à contribuição patronal para a Previdência - que deveriam ter sido feitos em agosto de 2020.

"Em novembro de 2020, recebemos dois períodos de apuração. Por isso, o desempenho da arrecadação de novembro foi extraordinário, já que superou a arrecadação de dois meses de 2020 - agosto e novembro. Pela ótica da arrecadação, a retomada da economia não perdeu força", argumentou o especialista.

INDÚSTRIA. Embora a atividade industrial tenha recuado 8,17% em novembro, o que a **Receita Federal** credita a "problemas de logística e falta de matérias-primas", o órgão observou que a venda de serviços avançou 7,5% no mês passado, enquanto a emissão de notas fiscais eletrônicas subiu 14,6%. As comparações foram feitas com novembro de 2020.

A **Receita Federal** destacou o crescimento real de 12% na arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na comparação com novembro de 2020, incluindo R\$ 3 bilhões em receitas atípicas.

RENDIMENTOS. O economista e sócio da Pezco, Helcio Takeda, considera que a alta do IRPJ estaria associada aos rendimentos de capitais. "O aumento do IRPJ em novembro também reflete a recomposição do lucro das empresas em 2021", completou.

O órgão apontou ainda que a elevação das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito a partir de outubro levou a um aumento de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação do tributo em novembro.

Ao anunciar a medida, a área econômica informou que o objetivo era custear o Auxílio Brasil em novembro e dezembro deste ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

General Heleno deve explicações sobre garimpo (Editorial)

Se alguém ainda precisava ser lembrado de que o garimpo na Amazônia acontece à margem da lei, o reforço veio neste mês. Um grupo de trabalho coordenado pela Polícia Federal e pela **Receita Federal** investigou e estudou o assunto por cerca de um ano. O relatório final, aprovado pela secretaria executiva da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, é categórico ao mostrar que o país não tem mecanismos para evitar que a exploração e o comércio de ouro sejam usados para lavagem de dinheiro.

Como se isso já não fosse uma catástrofe, o relatório também deixa claro que a Permissão de Lavra Garimpeira, licença necessária para o garimpo, é emitida sem critério pela Agência Nacional de Mineração, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Até áreas onde não há metal precioso são usadas para "esquentar" o ouro retirado de locais como terras indígenas e reservas ambientais.

"A caracterização constitucional do garimpeiro como trabalhador vulnerável contrasta com a realidade hoje verificada na maioria dos garimpos do país, em que a atividade é executada com o maciço emprego de maquinário e de outras tecnologias que exigem vultosos investimentos", diz o estudo.

Estimativas do Ministério Público Federal mostram que 174 toneladas de ouro foram vendidas em 2019 e 2020, das quais cerca de 30% a partir de Permissões de Lavra Garimpeira e 70% de lavras mineradoras. Nem mesmo órgãos com a responsabilidade e os recursos do Gabinete de Segurança Institucional, sob o comando do experiente ministro Augusto Heleno, têm servido de anteparo para a barafunda mafiosa causada pela inoperância da Agência Nacional de Mineração.

Heleno é também secretário executivo do Conselho de Defesa Nacional. É sua responsabilidade analisar e dar aval a projetos de mineração numa faixa de 150 quilômetros da fronteira do Brasil com outros países. Somente neste ano, ele autorizou sete projetos de busca de ouro na região de São Gabriel da Cachoeira, cidade amazonense localizada numa das áreas mais intocadas da floresta tropical.

Heleno se defende argumentando que os processos

são instruídos pela Agência Nacional de Mineração. A declaração não satisfaz o Partido Verde, que levou a questão ao Supremo, nem deputados na Câmara, que expediram convite para o ministro dar explicações.

O Ministério Público Federal do Amazonas também reagiu. Requisitou à Agência Nacional de Mineração documentos referentes a assentimentos prévios para mineração na região de São Gabriel da Cachoeira expedidos pelo Gabinete de Segurança Institucional. Até o momento, não houve resposta.

Heleno pode até estar certo quando diz não ter feito nada ilegal. Mas as perguntas são outras: 1) o chefe da espionagem não sabia que a exploração de ouro é largamente ligada a criminosos?; 2) se sabia, não temeu ser conivente com as máfias que controlam o garimpo, o contrabando e a lavagem do dinheiro? O Brasil aguarda suas respostas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Elite no serviço público, auditores protestam por bônus

Uma das carreiras com os salários mais altos do funcionalismo federal está protestando para receber um bônus de produtividade, o que faria seus vencimentos aumentarem ainda mais. Auditores da Receita, cujos salários básicos variam entre R\$ 21 mil e R\$

27,3 mil, estão entregando cargos em protesto por não haver a regulamentação do bônus de produtividade para os servidores, que garante um pagamento extra de R\$3 mil.

O Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária **Aduaneira** (BEP) foi criado via medida provisória em 2016 e convertido em lei em 2017, mas nunca foi regulamentado. Isso significa que o benefício não mede produtividade, já que todos os auditores e analistas tributários recebem.

A categoria cobra que haja essa regulamentação, o que não ocorreu até agora. Desde o ano passado, a questão está na Justiça. O procurador-geral da República, Augusto Aras, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade questionando a gratificação no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo é relatado pelo ministro Gilmar Mendes e ainda está tramitando.

Os auditores também reclamam do corte orçamentário para o órgão em 2022.0 relatório da proposta do Orçamento de 2022, apresentado ontem pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), previa redução de R\$ 675 milhões na verba para a gestão das soluções informatizadas da Receita, como os softwares ligados à arrecadação e administração do Imposto de Renda. Originalmente a previsão era de R\$ 1,311 bilhão para essa finalidade.

Em nota, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco), Kleber Cabral, alega que esse corte seria usado para custear o reajuste salarial para policiais federais, um pedido do presidente Jair Bolsonaro ao relator. Ele estima que a regulamentação do bônus custaria mais R\$ 430 milhões, e que isso já teria sido discutido no âmbito da Junta de Execução Orçamentária, mas na hora de definir o benefício, os auditores ficam de fora. (Fernanda Trisotto)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento das desigualdades (Editorial)

Correio Braziliense

Pressionado pela exigência de se driblar a legislação do teto de gastos e encontrar recursos para atender a urgente necessidade dos milhões de brasileiros que vivem hoje em extrema pobreza, Legislativo e Executivo acabaram fazendo do Orçamento da União de 2022 um retrato expresso das desigualdades existentes no país. Expôs, também, um governo que busca, primeiro, atender suas próprias necessidades, deixando em segundo plano a sociedade.

Buscou-se ampliar recursos para o novo Auxílio Brasil (R\$ 110 bilhões), para os partidos bancarem as eleições do ano que vem (R\$ 4,9 bilhões) e para emendas parlamentares secretas (mais de R\$ 16,2 bilhões) e se espera que haverá sobra para a realização de obras Brasil afora. E, nesse caso, o que se quer é que esses investimentos públicos sejam em projetos que permitam atendimento de necessidades da população e a possibilidade de geração de emprego e renda.

E é na renda que ficam expostas, também, as desigualdades incorporadas na Lei Orçamentária. A necessidade de se pagar R\$ 400 para 17,9 milhões de famílias (cerca de 71 milhões de pessoas) brasileiras vivendo em situação de extrema pobreza. Isso significa que, de cada três brasileiros, um vai receber o dinheiro extra do governo, que corresponde a 33% do valor do novo salário mínimo. São números gritantes expondo a dura realidade do Brasil, que empobreceu nos últimos anos. E não é apenas o empobrecimento que está escancarado no Orçamento de 2022.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a sinalizar com a possibilidade de reajuste para todos os **servidores públicos**, ainda que em percentuais baixos. Mas o relator do Orçamento não destinou verbas para atender à reivindicação do funcionalismo federal. Em lugar disso, ele previu apenas o reajuste dos policiais vinculados à União ao separar R\$ 1,7 bilhão para esse fim em 2022. Não se questiona a necessidade de se reajustar os vencimentos das forças de segurança, mas isso não pode ser feito em detrimento de outras categorias que somam cerca de 1 milhão de servidores, que estão sem aumento salarial há cinco anos.

O governo não pode ser o incentivador do surgimento de castas dentro do funcionalismo, e logicamente haverá protestos. Nas contas de associações de servidores e especialistas, há espaço no Orçamento

para aumentos de todo o funcionalismo federal, com índices que chegariam a 8%. Esse cálculo indica pressão do funcionalismo em 2022, ano eleitoral, por ganhos salariais. Tudo o que o Brasil não precisa neste momento é que o ano de 2022 seja marcado por greves e protestos de servidores.

Para todos os outros trabalhadores, não há garantias de reajuste salarial em 2022, apenas para os que recebem salário mínimo, que terão aumento de pouco mais de 10% (de R\$ 1.100 atuais para R\$ 1.210 ou um pouco mais, dependendo da **inflação** fechada de 2021). Embora reponha o custo de vida oficial, esse valor é pouco para quem recebe e muito para quem paga. Por um lado, o valor chegará ao bolso de aposentados, pensionistas e trabalhadores corroído por aumentos de itens básicos de mais de 50% ao longo de 2021.

Por outro lado, o aumento de R\$ 110 vai impactar as contas públicas? a cada R\$ 1 de reajuste estimam-se R\$ 315 milhões de gastos da **Previdência Social** e com o pagamento de abono salarial, seguro-desemprego e BPC. Há impacto também no caixa das prefeituras, que devem ter gastos adicionais de mais de R\$ 4 bilhões em 2022. É preciso buscar meios, e aí não apenas no momento de votação do Orçamento, de se equacionar essa limitação de correção do salário mínimo, que hoje, com base na lei que o criou, deveria ser de quase R\$ 6 mil para atender às necessidades básicas de uma família de quatro pessoas.

INSS paga R\$ 1,5 bi em ações judiciais atrasadas

Luana Patriolino

Os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que venceram na Justiça ações de concessão ou revisão de benefícios vão receber os valores atrasados nos próximos dias. O Conselho da Justiça Federal liberou para os Tribunais Regionais Federais (TRFs) o total de R\$ 1,461 bilhão para o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Com a decisão, os segurados do **INSS** que venceram, em novembro deste ano, ações de concessão ou revisão de benefícios de até 60 salários mínimos (correspondente a R\$ 66 mil), devem ter acesso ao dinheiro. Acima disso, o crédito será pago como precatório. Nesse caso, o prazo para receber a dívida é maior.

O total liberado vai quitar ações previdenciárias e assistenciais de aposentadorias, pensões e auxílios, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para 103.619 beneficiários que venceram 79.836 processos contra o **INSS** sem que haja nenhuma possibilidade de recurso.

A verba paga pelo CJF é ainda maior, pois envolve também outras RPVs alimentícias, que não são previdenciárias nem assistenciais, além de atenderem a processos de servidores contra o governo federal. Ao todo, 175.336 beneficiários vencedores de 142.572 ações irão receber R\$ 1,7 bilhão.

Para saber se está na lista de pagamentos deste mês, o segurado que entrou com ação contra o **INSS** precisa acessar o site de cada tribunal responsável pelo processo, conforme a região em que mora. Segurados de Brasília devem procurar a informação junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)

Garantido por lei

Quando um segurado ganha uma ação contra o **INSS**, ele pode ter direito ao pagamento de valores retroativos. Pela legislação, o beneficiário pode receber atrasados de até cinco anos antes do pedido judicial.

Se o segurado tem algum benefício que, porventura,

não tenha recebido e isso foi feito de forma arbitrária, ele pode entrar na Justiça requerendo o pagamento desse benefício. Assim, o processo vai transcorrer normalmente e, ao final, se apura o valor, explica o advogado Rodrigo Fagundes.

A economista Catharina Sacerdote, especialista em finanças e investimento pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta o impacto dessa medida. Sabemos que há um rombo no **INSS**. O que mais surpreende é que ao longo de 2020 e 2021 houve várias decisões do CJF autorizando o pagamento para requisições de pequenos valores. Do ponto de vista da economia aumenta o rombo do **INSS**, no entanto, é um dinheiro que entra para circular agora, destaca.

Existem dois tipos de atrasados. As Requisições de Pequeno Valor (RPV) são aquelas em que o valor da ação é de até 60 salários mínimos - o que, atualmente, equivale a R\$ 66 mil. O prazo para recebimento do dinheiro é de até 60 dias após o juiz determinar a expedição do pagamento.

Quando o valor passa dos 60 salários mínimos, é pago por meio de precatório, um título de dívida que deve ser incluído no Orçamento da União de cada ano. Desse modo, o depósito do valor é feito uma vez por ano, conforme a expedição do juiz.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
INSS paga R\$ 1,5 bi em atrasados

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/12/4972729-inss-paga-rs-15-bi-em-aco-es-judiciais-atrasadas.html>

Consignado do INSS vai mudar em 2022; confira quais serão as alterações (Previdência)

Cristiane Gercina

As regras do crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) vão mudar a partir de janeiro de 2022. Com isso, o segurado tem até 31 de dezembro deste ano para contratar o empréstimo com condições mais vantajosas.

Dentre as principais alterações está a redução da margem consignável. Essa margem é o percentual que o aposentado ou pensionista pode comprometer do seu benefício com o consignado. Atualmente, é possível comprometer até 40% da renda previdenciária mensal com o crédito: 35% para o empréstimo pessoal e 5% para o cartão de crédito.

A partir de janeiro, voltam a valer as regras de antes da pandemia de coronavírus e o aposentado só poderá comprometer até 35% de sua renda mensal com o consignado: 30% para o empréstimo pessoal e 5% para o cartão de crédito.

Também poderá haver alteração no número de parcelas. Hoje, o consignado pode ser quitado em até 84 parcelas, o que dá sete anos. Antes da pandemia, a regra permitia o parcelamento em até 72 meses (seis anos).

Outra regra que deve deixar de valer é a carência de até 120 dias concedida por bancos e demais instituições financeiras para contratos novos e antigos de consignado. Essa carência, no entanto, é facultativa, ou seja, a pausa no pagamento só ocorre se o banco quiser.

As alterações no crédito consignado foram feitas, inicialmente, por meio da medida provisória 1.006/2020, na tentativa de reduzir os impactos econômicos do período de calamidade pública na pandemia de Covid-19. As regras mais vantajosas valeriam até 31 de dezembro de 2020, mas o Congresso ampliou a medida até o fim de 2021, com a aprovação da lei 14.131, oriunda da MP.

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo controlado pelo CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) no qual as prestações são

descontadas diretamente do salário ou benefício do **INSS**. A margem consignável assegura que o empréstimo não comprometa a maior parte dos rendimentos do aposentado ou demais trabalhadores.

Atualmente, no país, há 40,5 milhões de empréstimos do **INSS** ativos, e 9,7 milhões de contratações no cartão de crédito consignado, segundo dados do instituto. Somente neste ano, de janeiro a novembro, foram contratados 19,8 milhões de empréstimos e realizadas 771.637 operações no cartão de crédito. Juros já estão mais altos

Os juros do consignado, que também foram reduzidos em virtude da pandemia de Covid, voltaram a subir em 10 de dezembro deste ano. A nova taxa é de 2,14% ao mês para o empréstimo pessoal consignado e de 3,06% ao mês para o cartão de crédito. Antes, os juros estavam em 1,80% e de 2,7% ao mês, respectivamente.

No entanto, ainda é possível encontrar crédito mais barato, dependendo da instituição financeira. Veja aqui simulações de valores de parcelas com os novos juros do consignado do **INSS**. Como saber a margem consignável

A consulta da margem consignável é feita pelo site ou aplicativo Meu **INSS**. O segurado precisa de senha da plataforma gov.br para acessar. Ao iniciar, é preciso informar o CPF e a senha gerada. Depois, basta ir em "Extrato de Empréstimo", na página inicial. Se o aposentado puder fazer empréstimo, em "Situação", estará escrito "ativo". Logo abaixo estará a margem consignável tanto do empréstimo quanto do cartão.

Pelas regras, o segurado do **INSS** pode ter até nove contratos de consignado, desde que não ultrapasse o limite percentual de comprometimento mensal do benefício.

Para fazer a contratação do crédito, há diversas formas: pelo caixa eletrônico, direto na agência bancária, por WhatsApp, aplicativo do banco, banco na internet e até por telefone. Especialistas não recomendam a contratação sem que haja o envio de um contrato por email. No caixa eletrônico ou no caixa

do banco, é possível obter o extrato da contratação, que servirá como documento.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/consignado-do-inss-vai-mudar-em-2022-confira-quais-serao-as-alteracoes.shtml>

Auxílio Emergencial, Bolsa Família, Auxílio Brasil: brasileiros relatam desespero, fome e incertezas em 2021

Por *Marta Cavallini, g1*

Lançado em abril de 2020 para ajudar os trabalhadores prejudicados pela pandemia, o Auxílio Emergencial acabou em outubro deste ano, após 17 meses e 16 parcelas, deixando pelo menos 22 milhões de brasileiros sem o benefício.

A saída de quem se viu sem essa renda foi tentar o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família em novembro deste ano. Mas, por enquanto, o programa só está atendendo quem já estava no Bolsa. Com o fim da ajuda emergencial, milhares de brasileiros estão tendo que se virar sem emprego e sem dinheiro nem mesmo para colocar comida na mesa.

LEIA TAMBÉM:

Como ficam os beneficiários do Auxílio Emergencial? Perguntas e respostas sobre o Auxílio Brasil

Sem nenhum auxílio

Adriana dos Santos, de 46 anos, não teve direito ao Auxílio Brasil e agora está vivendo apenas com os R\$ 600 da pensão alimentícia da filha de 5 anos. Ela chegou a receber R\$ 1,2 mil de Auxílio Emergencial no ano passado, mas neste ano a ajuda caiu para R\$ 375. Mesmo assim, o dinheiro ajudou principalmente nos custos do tratamento da filha, que tem amigdalite crônica.

Adriana dos Santos deixou de receber o Auxílio Emergencial e agora vive com o dinheiro da pensão da filha de 5 anos - Foto: Arquivo pessoal

Desempregada e moradora de Angra dos Reis (RJ), Adriana tenta conseguir alguma renda com faxinas. "Eu faço quando aparece, mas não é sempre".

Quando o valor do Auxílio Emergencial caiu neste ano, ela já teve que reduzir os gastos. "Tive que pedir ajuda nas igrejas, algumas pessoas da família me ajudaram, mas todos têm suas dificuldades também, e está tudo muito caro". Desde novembro, ela só conta com o dinheiro da pensão da filha.

"Muitas vezes eu não como para deixar para ela. Eu quero muito trabalhar. O jeito é continuar distribuindo currículos e fazendo faxina quando aparecer."

Mudança de regra prejudica família

No ano passado, o Auxílio Emergencial pagou 9 parcelas de abril a dezembro - 5 de R\$ 600 e 4 de R\$ 300, podendo chegar ao dobro para mães solteiras - para 66 milhões de pessoas. Já neste ano, os pagamentos foram retomados entre abril e outubro, porém, com valores menores - de R\$ 150 a R\$ 375 - e para um número bem menor: 39,4 milhões de brasileiros.

Um dos motivos para essa queda de beneficiários é que somente uma pessoa da família pôde receber o Auxílio, ao contrário do ano passado, que poderiam ser até duas.

A estudante Hilderlania Alves, de 28 anos, foi uma dessas pessoas que deixou de receber com a nova regra.

Hilderlania Alves deixou de receber o Auxílio Emergencial com a mudança de regras - Foto: Arquivo pessoal

Assim, a renda que vinha do benefício, que chegou a R\$ 1,2 mil no ano passado, caiu para R\$ 250 neste ano, pois só sua mãe permaneceu no programa. Segundo ela, a família cortou os itens básicos pela metade e, ainda assim, está atolada em dívidas.

"O problema é que o auxílio caiu quando os preços de alimentos, luz e gás explodiram", conta. A família está endividada no cartão de crédito por causa das compras do supermercado. "A gente compra no cartão, parcela a fatura e não sobra nada de dinheiro", diz.

Quando recebia R\$ 1,2 mil do Auxílio, a família conseguia guardar pelo menos 10% da renda. E era possível colocar vários tipos de carne na mesa, incluindo de primeira. Mas, agora, a realidade é outra.

"Há um bom tempo não estamos comendo mais carne. Não estamos passando fome, mas é o que mais estamos temendo", lamenta.

Segundo estudante, o auxílio era essencial para pagar as contas da casa. Com o fim do benefício, a família agora se vira com a aposentadoria do pai de Hilderlania que, segundo ela, é baixa.

"Esse dinheiro está fazendo muita falta. Perdemos a qualidade de vida a que todo cidadão tem direito .

Desempregada fica sem ajuda

Na retomada do benefício neste ano, foram mantidos os mesmos critérios de renda para acesso ao Auxílio, mas sem possibilidade de novas inscrições. E só quem estava recebendo a ajuda do governo em dezembro de 2020 foi contemplado.

Quem não recebeu o Auxílio em 2020, mas acabou se enquadrando nas regras neste ano, após perder o emprego, por exemplo, não pôde receber a ajuda.

Esse é o caso de Jandira da Silva, de 31 anos, que ficou desempregada em janeiro, mas não conseguiu se inscrever para o Auxílio. A saída foi vender capinhas de celular nas ruas de São Paulo, mas a renda chega a no máximo R\$ 500 por mês.

Para conseguir alimentar o filho de 8 anos, ela conta com doações de cestas básicas e marmitas. E quando a coisa aperta, ela vai para a frente de um supermercado pedir alimentos.

"O pouco que sobra de dinheiro vai para as contas de água e luz. Mas tem meses que eu atraso e corro atrás para conseguir o dinheiro. É uma luta que não acaba", diz.

Casal consegue os dois auxílios

Já os beneficiários do antigo Bolsa Família tiveram direito ao Auxílio Emergencial, desde que o valor do primeiro benefício fosse menor que o do segundo. Assim, eles receberam o Auxílio no lugar do Bolsa.

Antonia Raimunda Vieira de Paula e Antonio Vieira de Paula viram a renda dobrar com o pagamento do Auxílio - Foto: Arquivo pessoal

Esse foi o caso dos agricultores Antonia Raimunda Vieira de Paula, de 51 anos, e Antonio Vieira de Paula, de 52 anos, que receberam o Auxílio Emergencial até outubro. A ajuda, por ser maior que a do antigo Bolsa Família, trouxe mais tranquilidade para a família, principalmente no ano passado, quando chegou a ser de R\$ 600, antes de cair para R\$ 300 em setembro de

2020 e para R\$ 250 neste ano.

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, eles voltaram a vender polpas no interior do Ceará, mas a clientela diminuiu muito, ao contrário do preço das frutas, que só subiu. O que ameniza um pouco a situação é que Antonia começou a receber o Auxílio Brasil em novembro, no valor de R\$ 300. E, neste mês, será de R\$ 400.

"Estamos esperando com ansiedade esse aumento no valor porque está desesperador", diz.

"A gente vive muito apertado, passando necessidade, mas pelo menos não temos dívidas. Comemos só o básico, arroz, feijão e alguma carne mais barata. Não compramos nada além de comida para não ficar devendo", diz Paula.

Peregrinação no CRAS

A alternativa para quem não estava entre os 14,5 milhões de famílias do antigo Bolsa Família - que foram incluídas no Auxílio Brasil após o fim do Auxílio Emergencial - foi tentar entrar no novo programa social.

Com a substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, as filas explodiram pelo país. Milhares de pessoas sem perspectivas de renda lotaram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou postos de atendimento do CadÚnico pelo país para se cadastrar ou atualizar o Cadastro Único (CadÚnico), principal ferramenta para selecionar quem tem direito ao benefício.

Jaqueline Santos, de 36 anos, soube no CRAS de Curitiba que não tem direito ao Auxílio Brasil, mesmo sendo do antigo Bolsa Família. Ela recebeu o Auxílio Emergencial até outubro. Agora, está na fila para tentar entrar no novo programa social.

"O atendente me informou que quando acabasse o Auxílio Emergencial eu receberia o Auxílio Brasil, mas não foi isso que aconteceu. Fui cortada mesmo com meus dados atualizados no Cadastro Único. Agora vou ter que ficar indo no CRAS todo mês para saber se fui contemplada ou não", lamenta.

Jaqueline Santos voltou para a fila para receber o Auxílio Brasil - Foto: Arquivo pessoal

Para sobreviver, ela toma conta do filho de uma vizinha e recebe R\$ 300 por mês. Com esse dinheiro, ela tem que sustentar dois filhos que moram com ela, um de 14 e outro de 16 anos. Ela chegou a receber R\$ 1.200 de Auxílio Emergencial no ano passado e, mesmo com o valor caindo para R\$ 375 neste ano, ela

não passava necessidade. Agora, conta com doações de alimentos para ter comida em casa.

"Tenho que me virar, ou paga as contas ou come. O governo não está nem aí para o povo, ele muda as regras e nós que sofremos com isso. Quando chega o dia do pagamento [do Auxílio Brasil] não sabemos se vai ter dinheiro ou não", desabafa.

Edimar de Souza Vieira de Matos, de 62 anos, está entre os 22 milhões de brasileiros que ficaram sem o Auxílio Emergencial e não faziam parte do antigo Bolsa Família.

Edimar de Souza Vieira de Matos está doente e ainda não conseguiu ir ao CRAS se inscrever para o Auxílio Brasil - Foto: Arquivo pessoal

Desempregada, ela está em tratamento para o câncer de útero. O marido está esperando resposta do **INSS** para receber auxílio-doença há dois anos. Devido ao seu estado de saúde, ela não teve coragem de ir a um posto do CRAS no Rio de Janeiro para se inscrever para o Auxílio Brasil.

"Tem muita fila aqui no Rio e eu teria que passar a noite lá para ver se na manhã seguinte consigo ser atendida. Vira e mexe eu sinto dor, e passar a noite lá é complicado", diz.

Quando recebia o Auxílio, a renda dela chegava a R\$ 800 com as faxinas. Agora ela só pode contar com os bicos de limpeza. Mesmo doente, Edimar não recusa quando aparece trabalho.

A comida ela compra quando recebe pelas faxinas. Mas as contas da casa estão atrasadas.

"Eu nunca perco a minha fé. Se eu não fizer faxina, passo roupas. E Deus sempre manda alguém para nos ajudar", afirma.

Valor de R\$ 400 é salvação de desempregada

Mesmo sabendo que estar no Cadastro Único não significa a entrada automática no programa, os brasileiros viram no anúncio do Auxílio Brasil a possibilidade de receber algum dinheiro, em meio à fome que se alastra pelo país e à falta de perspectiva de melhora no desemprego e na **inflação**, que atingem principalmente os brasileiros de baixa renda.

Por enquanto, somente as 14,5 milhões de famílias que já estavam no Bolsa Família estão recebendo o Auxílio Brasil. O governo prometeu zerar até dezembro a fila dos que hoje teriam direito a receber o Bolsa, mas não estavam recebendo o benefício, incluindo mais 2,5 milhões de pessoas no Auxílio Brasil.

Mas o ano de 2020 vai terminar sem que essa promessa seja cumprida. Ao menos o valor mínimo de R\$ 400 - que foi prometido para novembro - passou a valer em dezembro para 13 milhões de famílias.

Foi a salvação de Ednir Santos, de 44 anos. Com a mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, o valor caiu de R\$ 400 para R\$ 200 em novembro. Mas, em dezembro, voltou ao valor antigo.

Ednir Santos passa aperto para colocar comida em casa para seus filhos - Foto: Arquivo pessoal

Mesmo assim, ela passa aperto para pagar as contas e colocar comida em casa. Moradora de Fortaleza, ela tem cinco crianças em casa para alimentar.

Antes já era difícil, mas está pior com as coisas cada vez mais caras. Se sobrar R\$ 20 para comprar arroz eu dou graças a Deus. Às vezes a gente só come feijão com sal mesmo", conta.

Virou praticamente rotina ela só ter, para o café da manhã, sal e farinha porque não tem dinheiro para comprar pão. Para o almoço, geralmente pede arroz para o vizinho porque só tem um resto de feijão para comer.

"Sempre estamos sem alimento em casa. Às vezes tem arroz pra comer, às vezes não tem. O Auxílio Brasil só dá pra pagar a contas que estão muito altas. E a situação só piora", diz.

Ednir conta que quando consegue uma faxina usa o dinheiro para comprar mistura para a comida e guarda uma parte para comprar gás. Quase todos os meses ela já sabe que o benefício não vai dar para comprar comida nem gás.

"Tem que escolher, ou paga as contas ou come. Tira daqui, tira dali, se não sobrar pede dinheiro emprestado, não tem de onde tirar porque trabalho está difícil", afirma.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/22/auxilio-emergencial-bolsa-familia-auxilio-brasil-brasileiros-relatam-desespero-fome-e-incertezas-em-2021.ghtml>

Aprovação do Orçamento eleva teto do INSS para R\$ 7 mil em 2022

Economia

/ Do R7

A aprovação do Orçamento de 2022 com base na expectativa de alta de 10,04% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) vai impactar os reajustes do salário mínimo, dos ganhos de aposentados e pensionistas e elevar o teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para R\$ 7.079,50 a partir de janeiro.

Com o novo percentual, o salário mínimo poderá subir dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210 em 2022. A previsão inicial, apresentada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), era de R\$ 1.147, valor R\$ 63 abaixo da mais recente estimativa.

Já o teto do **INSS** - valor máximo que o trabalhador pode receber de aposentadoria - saltará dos atuais R\$ 6.433,57 para R\$ 7.079,50 (alta de R\$ 645,93). Na proposta orçamentária inicial, o valor previsto era de R\$ 6.832,45. Para aqueles que recebem remuneração mensal de R\$ 3.000, o novo salário subirá para R\$ 3.301,20.

Apesar de a previsão de reajuste tanto do salário mínimo quanto dos benefícios do **INSS** ser maior, os valores não embutem um ganho real, com reposição do poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo abaixo da variação do índice de preços, o governo federal gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração. Cálculos mostram que cada real no salário mínimo implica despesa extra superior a R\$ 350 milhões nos cofres públicos.

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 50 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS**.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/aprovacao-do-orcamento-eleva-teto-do-inss-para-r-7-mil-em-2022->

22122021

Calcule se você pagará menos IR com aporte agora em previdência privada

Felipe de Souza

Investir ou fazer uma contribuição extra na Previdência Privada antes do final deste ano fará você pagar menos Imposto de Renda em 2022.

Mas há um limite para essa vantagem: o equivalente a 12% da renda bruta do contribuinte. Você pode aplicar mais do que isso, para juntar mais dinheiro no seu investimento, mas, para efeito de Imposto de Renda não vai adiantar um valor maior. Esse valor depende da sua renda, então saiba calcular isso.

O economista Rogério Bragherolli, especialista em empregabilidade e capital humano diz que o desconto vale para previdência privada da categoria PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), que é mais indicada para quem faz a declaração completa do IR.

A vantagem dos planos de regime PGBL é que, investindo neste plano, você pode aproveitar um benefício fiscal na época do depósito desses valores. O limite é 12% da renda bruta, afirma.

A renda bruta é o valor total de seus rendimentos sem nenhum desconto (**INSS**, vale-transporte, vale-refeição etc.).

Um trabalhador que ganhe R\$ 100 mil brutos por ano paga imposto sobre esse valor total. Se fizer uma previdência privada PGBL de até 12% da renda bruta (R\$ 12 mil), esse valor será debitado do total de R\$ 100 mil, o que dá R\$ 88 mil. Essa será a renda considerada para o pagamento de imposto.

Para fazer a conta de quanto você precisa depositar é necessário:

Se você já depositou mais do que os 12% de sua renda anual, não vale a pena fazer um aporte só com esse objetivo de reduzir o imposto pago.

O PGBL é uma alternativa que compensa. Além da vantagem de permitir a dedução no Imposto de Renda para quem faz a declaração através do formulário completo, é um investimento a longo prazo que oferece rentabilidade e condições diferenciadas para construir seu patrimônio, afirma Isabella Medeiros, diretora de Benefícios do Ekto Grupo - Seguros & Previdência.

Mas é preciso atenção ao escolher e manter um plano para não pagar taxas de administração muito altas (veja aqui como funcionam os planos de previdência e os cuidados)

Em teoria, por ser uma via oficial e legalizada, não há grande risco de cair na malha fina do Leão, a não ser que a declaração seja feita de forma incompleta ou errada. Não incluir resgates feitos durante o ano representa um grande risco de cair na malha fina, aponta.

O desconto na base de cálculo do IR não vale apenas para quem já contribuiu para a Previdência Privada, mas também para quem quer investir agora. Para isso, a orientação é procurar uma instituição que ofereça o PGBL.

Além da PGBL, há também a Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que é uma espécie de seguro de vida com uma cláusula de cobertura por sobrevivência, mas que não é considerado um plano de **previdência complementar**.

Bragherolli explica que a previdência PGBL vale a pena para os contribuintes que têm as seguintes características:

Site: <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2021/12/22/previdencia-privada-pgbl-imposto-de-renda.htm>

Ainda resta lucidez no governo (Editorial)

A insensatez de Jair Bolsonaro ao tratar da pandemia de covid-19 faz com que a sociedade se questione até quando o governo vai fingir que o avanço de casos e o crescimento no número de mortes não é problema do Executivo. Por outro lado, reações como a da diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprovou a vacinação de crianças contra o novo coronavírus a despeito da intimidação liderada pelo presidente, dão esperança de que o setor público não foi completamente loteado entre os amigos da família Bolsonaro.

A médica Rosana Leite, que comanda a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde, é mais uma servidora que se une a esse esforço.

Em entrevista ao Valor, a secretária demonstrou lucidez, uma qualidade rara na gestão Bolsonaro. Ela manifestou preocupação com a queda no uso de máscaras e a baixa procura pela dose de reforço por parte da população - fundamental para conter o aumento de casos graves relacionados à variante Ômicron. "Nós já distribuímos 40 milhões de doses de reforço e só 15 milhões foram aplicadas até agora", disse, alarmada. "A gente espera que a população contribua. Percebemos muitas pessoas não usando máscaras." Na avaliação de Rosane Leite, a estratégia de combate à covid-19 em 2022 deve associar vacinação e distanciamento social. Ela ressaltou que a imunização de crianças entre 5 e 11 anos de idade é necessária para conter a pandemia e que o uso de máscaras não apenas não deve ser flexibilizado, como adotado, também, no caso de gripe.

É quase surpreendente que o Ministério da Saúde conte com um quadro que avalia uma situação crítica com seriedade e clareza, em sentido diametralmente oposto ao que faz Bolsonaro, inimigo da vacinação, do distanciamento social e das máscaras.

Basta lembrar o que o ministro Marcelo Queiroga disse ao ser questionado sobre os motivos do governo para fazer uma consulta pública sobre a vacinação infantil, já liberada pela Anvisa: "A pressa é inimiga da perfeição".

A prioridade do ministro responsável pela pasta da Saúde em uma pandemia que já vitimou 618 mil pessoas é uma só: defender Bolsonaro e de quebra ganhar votos de bolsonaristas empedernidos na próxima eleição.

"O presidente Bolsonaro é um grande líder, tem nos apoiado fortemente", disse Queiroga, que não viu nenhum problema na escandalosa intimidação de servidores da Anvisa por parte de Bolsonaro.

O avanço da variante Ômicron tem feito autoridades voltarem a cogitar a adoção de medidas restritivas nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Europa. Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro reagiu agressivamente à recomendação da Anvisa de cobrar certificado de vacinação de visitantes estrangeiros e disse, orgulhosamente, em um evento no Palácio do Planalto, que o uso de máscaras era proibido em seu gabinete.

Na distopia esquizofrênica em que se transformou o Brasil nos últimos três anos, a sociedade precisa contar com a força de suas instituições para sobreviver. Foi graças ao Supremo Tribunal Federal (STF) que Estados e municípios tiveram autonomia para adotar medidas para conter a pandemia.

Responsável por oferecer as primeiras vacinas ao País, o governo de São Paulo continua a optar pela responsabilidade e prorrogou o uso obrigatório de máscaras até 31 de janeiro. Foi também do STF que veio a imposição ao Executivo de edição de uma portaria para cobrar o comprovante de imunização para estrangeiros que ingressam no País.

A imprensa tem exercido papel relevante ao divulgar informações sobre a pandemia e de tomar para si a responsabilidade de levantar indicadores sobre casos e mortes, algo que o governo tentava esconder. Esse esforço tem sido reconhecido pela sociedade. Uma pesquisa do Instituto FSB e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que 65% da população é favorável à exigência da carteirinha de vacinação por estabelecimentos e que 66% têm medo de conviver com pessoas que não se imunizaram - como o presidente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ano deve trazer mais aperto de caixa a prefeitos, diz CNM

Estevão Taiar De Brasília

A recuperação da economia local, a geração de empregos e o auxílio à população mais vulnerável estão entre os principais desafios esperados pelos prefeitos para 2022, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na avaliação da entidade, a quantidade de demandas a que as prefeituras estão submetidas tem potencial para aumentar os problemas de caixa desses entes.

"O aumento das responsabilidades dos municípios, agregado à alta dependência financeira das transferências de outros entes, pode colocar as prefeituras em mais dificuldade financeira diante desse cenário pandêmico", disse a CNM em nota.

Para a pesquisa, foram ouvidas pouco mais de 4,3 mil administrações municipais, o equivalente a 78,3% do total de cidades brasileiras, entre 27 de outubro e 10 de dezembro. Desse total, 78,2% afirmaram que o maior desafio para os próximos meses é recuperar a economia local.

Na sequência, vieram a geração de empregos (78%) e o auxílio à população mais vulnerável (74,9%). As alternativas a serem respondidas foram apresentadas pela própria CNM na pesquisa.

No levantamento, a entidade fez também uma série de perguntas a fim de entender qual a situação fiscal das prefeituras. Ao todo, 88,5% responderam que fecharão as contas no azul em 2021, com as receitas superando as despesas, enquanto 8% afirmaram que isso não será possível e 3,5% não responderam.

Dentro do grupo entrevistado, 98% afirmaram também "que as remunerações dos funcionários municipais estão sendo pagas em dia", enquanto 0,5% reconheceram que há atrasos e 1,5% não respondeu.

Já os restos a pagar vêm "aumentando" e se tornando um problema "recorrente nas prefeituras". Restos a pagar são as despesas para as quais foram reservados (empenhados) recursos, mas o desembolso não ocorreu efetivamente.

Ao todo, 34,9% dos entrevistados deixarão restos a

pagar para 2022, enquanto 48,8% afirmaram o contrário.

"Outros 13,8% relataram não saber, pois [o pagamento] depende de receitas extras", disse. Já outros 2,5% não responderam.

A CNM ainda destacou que "uma das soluções encontradas" pelos municípios para que não haja atraso da folha salarial vem sendo "a postergação dos pagamentos de fornecedores". No grupo dos gestores que participaram da pesquisa, 21,5% reconheceram que estão com pagamentos atrasados a fornecedores, enquanto 76,1% estão com essas contas em dia e 2,4% não responderam. Em muitos casos, atrasos a fornecedores representam restos a pagar.

A pesquisa também mostrou que o desembolso do 13-salário custará R\$ 27,7 bilhões para as prefeituras neste fim de ano. Os 6,2 milhões de **servidores públicos** municipais receberão aproximadamente R\$ 4,4 mil cada um pelo pagamento do 13-.

"Essa gratificação dobra o gasto com pessoal das prefeituras nos meses finais de cada ano e tem efeitos consideráveis na economia do país nesse período", disse a entidade.

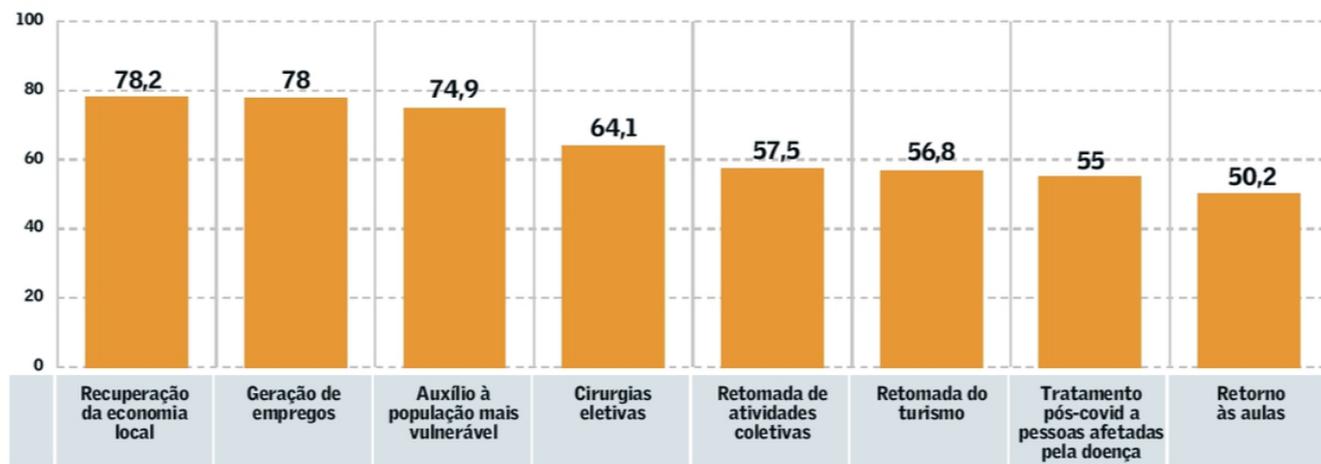
Além disso, 87,7% das prefeituras pesquisadas disseram que o repasse de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) realizado em dezembro "ajuda no pagamento do 13º".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187098

Pós-covid nos municípios

Principais desafios para próximos meses - em %



Fonte: Confederação Nacional de Municípios

"País precisa sair da armadilha do baixo crescimento"



SONIA RACY

Economista experiente, ministro da Fazenda nos difíceis anos de alta **inflação** do governo Sarney e um dos criadores da Tendências Consultoria, o hoje consultor Mailson da Nóbrega aponta dois passos que o Brasil precisa dar para voltar a respirar e ter rumo. Primeiro, trocar de presidente em 2022.

Segundo, "sair da armadilha do baixo crescimento".

Nesta conversa com Cenários, considera urgente aprovar uma **reforma tributária** - o projeto de lei já existe, foi coordenado pelo economista Bernard Appy.

A opção escolhida pelo governo Bolsonaro, "é péssima, resume-se a reforma do Imposto de Renda".

Para 2022, ele acredita que a terceira via "é um projeto difícil".

E que, entre Lula e Bolsonaro, o petista "pode ter cometido erros", mas "entende como funcionam as instituições e mostrou que sabe governar". Aqui vão trechos da conversa.

Com o clima de incertezas tanto na política bem como na economia, dá para desenhar algo para próximos anos?

Acho que temos dois desafios.

O primeiro é a alternância do poder em 2022 - ou seja, a substituição de Jair Bolsonaro por um presidente que saiba conduzir-se na gestão do governo e restabeleça o prestígio que o Brasil já teve na cena internacional.

O segundo, sair desse cenário de baixo crescimento, a chamada armadilha da renda média.

A renda per capita estagnou nos últimos 40 anos, e a razão principal foi a queda da produtividade, que é o grande fator de geração de riqueza de um país.

Mas esse problema, de baixa produtividade, vem desde os anos 80, não?

Os 80 foram o início dessa derrocada.

Nos 50, 60 e 70, a produtividade trouxe o maior crescimento do Brasil de todos os tempos, o chamado milagre brasileiro de 1968 a 1973, que chegou aos 11,1% ao ano. Nos 80, isso começou a cair.

O que motivou essa virada?

Foi a queda da eficiência na economia. Temos aí fatores externos, como as crises do petróleo em 1973 e 79 e o esgotamento da estratégia de crescimento pela substituição das importações e forte intervenção dirigista do Estado. Também acabou o benefício dos campos, provocando forte migração do campo para as cidades.

E, de quebra, tivemos uma piora do sistema fiscal.

Como foi isso?

O Brasil criou um sistema fiscal avançado, em 1965. Adotou-se um método de tributação de consumo dos mais modernos do mundo. Na época, era o ICM, depois ICMS e IPI.

Isso foi sendo deteriorado por novas formas de tributação, que abriga hoje o PIS e o Cofins.

E a Constituição de 1988 foi uma pá de cal na eficiência tributária porque, sob pressão dos governadores e prefeitos, atribuiu-se a Estados o poder de decidir sobre ICMS.

Foi uma má ideia?

Foi um desastre. Trouxe imposto sobre imposto e virou uma bagunça.

Com o ICMS mudando sete vezes por semana, nenhuma empresa de atuação nacional consegue acompanhar essa loucura. Eu diria que hoje o principal fator de redução da produtividade no Brasil é o ICMS.

Existe alguma possibilidade de, um dia, termos uma boa **reforma tributária**?

O Brasil perdeu agora uma oportunidade de fazê-la, por meio da proposta do Centro de Cidadania Fiscal, liderada pelo Bernard Appy. Ali, pela primeira vez na história, governadores e secretários da Fazenda se puseram de acordo. Por que não emplacou? Porque os Estados depois se convenceram de que esse sistema é inviável.

Hoje, a economia é cada vez mais de serviços, que já tomam 73% da economia brasileira, e há poucos serviços tributados por Estados - a grande massa deles está na área tecnológica, é tudo dos municípios.

Mas acho que o projeto não está enterrado, ele pode renascer se houver uma mudança de poder em 2022.

Qual é a importância dessa alternância de poder?

É evitar a presença de um presidente despreparado como o atual, sem a menor capacidade de coordenar o jogo político e com capacidade inacreditável de dizer bobagem todo dia.

O que acha da candidatura do Lula? E da terceira via?

No nosso cenário lá na Tendências Consultoria, caminhamos para um segundo turno entre Lula e Bolsonaro no qual Lula será o vencedor. Não vemos espaço, no momento, para uma terceira via. Quanto a Bolsonaro, talvez ele veja que não tem chance de chegar ao segundo turno e tente ser deputado, para ficar a salvo de processos.

Como vê o futuro de Lula?

Ele é candidatíssimo e quer mostrar que não foi corrupto.

Agora, se você me perguntar "o governo do Lula seria melhor do que o do Bolsonaro?", não tenho dúvida em dizer que sim. Ele sabe como funcionam as instituições, já mostrou que sabe governar.

Mas ainda é cedo e muita coisa pode mudar, não?

Acho que 2022 vai ser um ano difícil, O ambiente externo é desafiador, estamos num momento de mudança na política monetária dos EUA, onde a **inflação** já passou dos 6%. E acho esse programa que substitui o Bolsa Família uma aposta arriscada de Bolsonaro. Na campanha, o Lula vai dizer ao eleitor, principalmente no Nordeste, que é o mesmo Bolsa Família, uma criação dele. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O que não ocorrerá em 2022 (Artigo)

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço.

Em 23 de dezembro do ano passado, apresentei nesta coluna minhas previsões sobre o que não ocorreria no Brasil neste ano. Minha esperança era terminar errando ao menos algumas dessas projeções. Não foi o caso. Apresento agora minhas expectativas do que não ocorrerá em 2022, em particular para os temas que discuti na última coluna de 2020:

Nenhuma medida relacionada à Reforma Administrativa foi aprovada pelo Congresso neste ano. A probabilidade dessa reforma evoluir em 2022 é próxima a zero.

Nenhuma parte da **Reforma Tributária** foi aprovada no Congresso em 2021. A Câmara dos Deputados até que aprovou mudanças da legislação do Imposto de Renda, mas, de tão ruins, não foram adiante no Senado. A esperança é de que ao menos o tema seja debatido nas duas casas legislativas e entre os candidatos à Presidência da República em 2022 de forma a aumentar a chance de aprovação em 2023.

As renúncias tributárias que beneficiam os principais grupos de interesse não foram reduzidas neste ano. Em 2022, não haverá alteração desses privilégios.

O Brasil não implementou neste ano nenhuma medida estrutural para sair do grupo de países com os piores indicadores de qualidade da educação. Nada relevante foi feito pelo Ministério da Educação para recuperar a enorme perda de aprendizado provocada pela pandemia. O foco do governo definitivamente não é a educação e, portanto, não haverá nenhum progresso na área em 2022.

A pressão da sociedade, de governadores e de prefeitos levou o governo federal a acelerar as compras de vacinas contra a co-vid-19. Isso permitiu que o país alcançasse patamares significativos de pessoas vacinadas. No entanto, não houve quase nenhum empenho do governo federal e muito menos do presidente para estimular a vacinação, ficando o esforço concentrado nos Estados e nos municípios. Não será diferente no próximo ano.

Como programado, o Teto de Gastos não foi cumprido em 2021, com a exclusão de algumas despesas do computo total. Como essa dinâmica não mudará, a incerteza fiscal e a rigidez do orçamento continuarão presentes em 2022. Apesar de sua indispensável

reformulação, o arcabouço fiscal dificilmente será objeto de discussão mais aprofundada na campanha eleitoral.

O Executivo não adotou uma política ambiental responsável nem trabalhou de forma efetiva para reduzir o desmatamento. Ao contrário, o governo aprovou medidas que beneficiam a extração de minerais preciosos em regiões que abrangem reservas indígenas. Esse cenário não mudará em 2022.

O presidente continuou a criar celeumas desnecessárias com a imprensa e com outros Poderes. Visando evitar o risco de abertura de processos de impeachment, o governo aliou-se aos partidos do Centrão e reduziu o embate com o Congresso. É possível que o atrito com o Judiciário, em particular com a Justiça Eleitoral, aumente com a aproximação das eleições.

Apesar de não ter havido nenhum aprimoramento nas políticas de redução da pobreza, o governo elevou substancialmente o benefício do Bolsa Família- agora Auxílio Brasil - de R\$ 190 por mês por família para, no mínimo, R\$ 400 por mês em 2022. Foi o principal destaque em termos de políticas sociais. Todavia, além de sua efetividade para melhorar a qualidade de vida dos beneficiados não ser clara, os projetos anunciados para integrar o Auxílio Brasil tendem a ter problemas de operacionalização em 2022.

Em termos específicos para 2022, minhas principais considerações são:

O crescimento do **PIB** de 2022, quando muito, será baixo. A redução das previsões de atividade para o 4º bimestre-números de outubro muito mais fracos do que os previstos - diminui o carregamento estatístico para o próximo ano e, conseqüentemente, leva ao recuo das projeções para o **PIB** real de 2022. Essas expectativas, porém, são pouco robustas, com a probabilidade de uma contração de 1% muito próxima à de uma expansão de 1%.

Após alcançar cerca de 10% em 2021, a **inflação** diminuirá em 2022. Os eventos inesperados que promoveram uma forte alta dos preços - forte expansão do consumo de bens, crise hídrica, expressivo aumento do preço do petróleo e gargalos na cadeia de suprimentos - tendem a declinar no próximo ano, contribuindo para a diminuição da **inflação**. É difícil precisar a magnitude desse recuo, devido ao provável aumento da persistência

inflacionária motivado pela elevação contínua da **inflação** e pela maior incerteza fiscal. O comportamento dos preços no próximo ano também será muito influenciado pelo cenário global, pela evolução da pandemia e pelo quadro eleitoral.

A taxa Selic permanecerá bastante elevada em 2022, com a curva de juros apreçando 12,5% em meados do ano. Essa dinâmica contribuirá para a redução da **inflação** e o enfraquecimento da atividade.

A vitória de Lula na eleição presidencial de 2022, em disputa polarizada com Jair Bolsonaro, é o cenário mais provável, conforme indicado nas pesquisas. A polarização é facilitada porque é muito difícil que surja um candidato único capaz de unir parte preponderante da centro-esquerda à centro-direita. O quadro eleitoral pode se tornar ainda mais favorável para Lula caso o ex-presidente consiga convencer essa parcela da população que adotará uma plataforma com perfil moderado. Não obstante, a popularidade de Lula será afetada com a campanha crescente de outros candidatos buscando associá-lo a malfeitos. Ademais, a rejeição de Bolsonaro pode enfraquecer, com sua avaliação positiva aumentando com a ampliação do Auxílio Brasil, a diminuição da **inflação** e as vantagens de ser o candidato incumbente, apesar da fraca atividade e do elevado desemprego.

Em suma, o futuro de curto prazo continua desalentador. Afora o bem-vindo declínio da **inflação**, a chance de o ambiente doméstico em 2022 ser melhor do que o de 2021 é pequena. Mais uma vez, a probabilidade é enorme de a grande maioria das previsões discutidas aqui se confirmar ao fim do próximo ano.

Por fim, agradeço a Rita Leite pelos comentários e revisões dos meus textos publicados nesta coluna em 2021.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187098

Arrecadação federal atinge R\$ 157 bilhões em novembro



Alta. Baixa base de comparação com 2020 influenciou números mais expressivos em 2021

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

A arrecadação federal em novembro chegou a R\$ 157,34 bilhões, de acordo com dados da Receita. O número registra um avanço de 1,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, já descontada a **inflação**.

Divulgado ontem, o resultado de novembro é o terceiro melhor para o mês na série histórica da **Receita Federal** desde 2000. Os melhores desempenhos foram registrados em 2013, com arrecadação de R\$ 180,8 bilhões, e 2014, com R\$ 157,6 bilhões.

Em 2021, a arrecadação federal foi recorde da série histórica em sete meses e registrou a segunda melhor marca em outros três. O desempenho positivo também é influenciado pela baixa base de comparação em 2020. Por causa da pandemia da Co-vid-19, além da queda da atividade econômica, que resulta em menor arrecadação, houve postergações e diferimentos de **tributos** variados, o que acaba por elevar o montante administrado pelo Fisco.

Especialmente ao longo do segundo semestre, o volume de arrecadação, embora ainda superior ao registrado em 2020, já não é tão maior, porque naquele período a economia já dava sinais de recuperação.

Em novembro, um dos fatores que impulsionaram a arrecadação foi o recolhimento do Imposto sobre

Operações Financeiras (IOF), que bateu R\$ 4,9 bilhões no mês, um avanço de 322,65% em relação ao ano anterior. Dois movimentos explicam essa alta. Em 2021, foi restaurada a tributação do IOF, que estava zerada no ano passado.

Além disso, decreto presidencial elevou a alíquota do IOF que incide sobre as operações de crédito desde o fim de setembro. A medida foi adotada para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400 neste ano.

Segundo o Fisco, só essa mudança da alíquota foi responsável pela arrecadação de R\$ 1,2 bilhão para o IOF neste mês. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros do Fisco, Claudemir Malaquias, disse que o resultado de novembro é muito robusto, ainda mais se considerado que, em 2020, houve recebimento de **tributos** equivalentes a dois meses. Ainda assim, a arrecadação em 2021 foi maior, apesar da base de comparação elevada.

-Isso não significa que houve um decréscimo ou uma perda de ritmo no crescimento da arrecadação, pelo contrário, a arrecadação continua ainda superando a do ano passado e exemplo disso é o mês de novembro, último mês em que recebemos parcelas diferidas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Campanhas turbinadas e reajuste para policiais



**JORGE VASCONCELLOS CRISTIANE NOBERTO ISRAEL
MEDEIROS RAPHAEL FELICE**

O Congresso aprovou, ontem, o substitutivo do deputado Hugo Leal (PSD-RJ) ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2022. Entre outros pontos, o texto prevê a destinação de R\$ 4,9 bilhões para campanhas eleitorais no ano que vem e R\$ 1,7 bilhão para reajuste salarial de policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários federais. O parlamentar reservou, ainda, R\$ 16,5 bilhões para as emendas do relator, que distribuem verbas do orçamento secreto. A matéria segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O substitutivo prevê, também, um espaço fiscal de R\$ 110 bilhões, dos quais R\$ 89 bilhões vão financiar o Auxílio Brasil de R\$ 400, substituto do Bolsa Família ? essa folga foi obtida com as mudanças trazidas pela PEC dos Precatórios.

Na Câmara, o texto foi aprovado por 358 votos a 97. No Senado, 51 a 20. Horas antes, o texto foi chancelado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde houve um acordo de líderes partidários.

Os recursos para o reajuste dos vencimentos desses policiais ? os agentes de segurança mais bem pagos do país ? foram incluídos no Orçamento após Bolsonaro telefonar para o relator, na segunda-feira e fazer um pedido nesse sentido.

O apelo do chefe do governo a Leal ocorreu depois que o deputado não atendeu a um pedido do Ministério da Economia para incluir uma previsão orçamentária destinada ao reajuste dos policiais. A pasta comandada por Paulo Guedes havia solicitado R\$ 2,8 bilhões para essa finalidade.

Já o valor do fundo eleitoral, de R\$ 4,934 bilhões, ficou pouco abaixo dos R\$ 5,7 bilhões que haviam sido vetados por Bolsonaro e que, posteriormente, foram restabelecidos após o veto presidencial ser derrubado pelo Congresso.

Líderes do PCdoB, Podemos, PSol, Cidadania, Rede e Novo orientaram as respectivas bancadas a votarem contra o projeto, por defenderem um montante menor para as verbas do fundo eleitoral, que são públicas e vão financiar as campanhas eleitorais do ano que vem. O posicionamento desses partidos também teve como base a oposição aos R\$ 16,5 bilhões destinados ao orçamento secreto.

O acordo fechado pela maioria das siglas para a aprovação do projeto incluiu, entre outros pontos, o reforço das verbas da Saúde e da Educação, que, em 2022, terão, respectivamente, pouco mais de R\$ 147 bilhões e de R\$ 113 bilhões. Além disso, foram reservados R\$ 800 milhões para reajustar os salários dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de controle de endemias.

"A área de Educação foi um ponto de união. Nós priorizamos a Educação nesta comissão. E ela foi priorizada por todos. Todos votaram pela prioridade e por ela trabalharam, mesmo quando faltou um pouquinho do cobertor", disse a senadora Rose de Freitas (MDB-ES), presidente da CMO.

Segundo o substitutivo do relator, o valor total das despesas para 2022 será de R\$ 4,823 trilhões, dos quais R\$ 1,885 trilhão referem-se ao refinanciamento da dívida pública.

Entre outras definições, o texto eleva o valor do salário mínimo dos atuais R\$ 1.100,00 para R\$ 1.210,00 ? sem aumento real. Na proposta original do Executivo, a quantia era de R\$ 1.169.

O texto prevê, também, um deficit de R\$ 79,3 bilhões nas finanças do governo federal. É um valor inferior à meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022): deficit de R\$ 170,5 bilhões. Mas superior aos R\$ 49,6 bilhões previstos no texto original do projeto de Lei Orçamentária.

Segundo o parecer, a aceleração inflacionária

impactou o INPC, índice utilizado para a correção do salário mínimo e dos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais. O acumulado em 12 meses encerrados em novembro ficou em 9,36%.

Foi adotada projeção do INPC de 10,18% para 2021, com base na previsão de que o índice deverá se situar em patamar próximo do IPCA esperado pelo mercado, conforme Relatório Focus do Banco Central, publicado em 6 de dezembro. A expectativa para 2022 é que o IPCA fique em 4,25%.

O relatório de Leal prevê, para 2022, o menor patamar de investimentos públicos federais da história. Foram reservados R\$ 44 bilhões para o governo aplicar em setores como infraestrutura, escolas, postos de saúde, defesa, pavimentação e em todas as áreas que dependem de recursos da União.

Quanto ao cenário macroeconômico, o parecer destaca que as previsões para o **PIB** mudaram substancialmente em relação aos prognósticos que embasaram a PLOA 2022. "A expectativa, porém, foi reajustada pelo próprio governo, que reavaliou a previsão de alta para 5,1% em 2021 e para 2,1% em 2022, enquanto analistas do mercado preveem crescimento de 4,71% em 2021 e de 0,51% para 2022, segundo Relatório Focus publicado em 06/12/2021", diz trecho do relatório. O texto estima que, em 2021, o **PIB** nominal chegue a R\$ 8,67 trilhões e, em 2022, a R\$ 9,54 trilhões.

Teto de gastos

O relatório destaca, ainda, que, em razão da promulgação da Emenda Constitucional nº 113/2021, derivada da PEC dos Precatórios, foi modificado o cálculo do teto de gastos, que agora será feito com base na **inflação** medida entre janeiro e dezembro ? antes, o período utilizado era de 12 meses até junho. Com essa mudança, o teto de 2022 subiu de R\$ 1,610 trilhão para R\$ 1,679 trilhão.

Na avaliação do líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), apesar das dificuldades enfrentadas para chegar a acordos, o projeto aprovado pelo Congresso é "um bom orçamento". Para ele, o grande problema foi a falta de recursos destinados à infraestrutura ? setor cobiçado por membros do Centrão que querem levar obras para seus estados.

O parlamentar defendeu o valor do Fundo Eleitoral para o financiamento da campanha no ano que vem, "que é uma eleição diferente porque é chapa pura, portanto cada partido tem de ter todos os candidatos estadual e federal". "Então, exige mais recursos. É uma decisão da sociedade de não ter mais

financiamento empresarial", argumentou, ao Correio.

Já o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) considerou que, mesmo com a redução do fundo eleitoral, o montante reservado pelo relator geral é elevado. "Praticamente dobrou, e isso não se justifica pela **inflação**. O Orçamento acaba comprometendo, mais uma vez, o investimento em áreas essenciais, como ciência e tecnologia, educação, saúde e meio ambiente. O corte de valor nessas áreas vai custar muito caro para o Brasil lá na frente", alertou.

Principais pontos

Fundo eleitoral

O relator reduziu para de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 4,93 bilhões o valor destinado ao financiamento de campanhas eleitorais, mas o total ainda é mais que o dobro do pleito de 2018.

Emendas do relator

O Orçamento de 2022 tem um limite de R\$ 16,5 bilhões para as chamadas emendas do relator, que têm sido alvo de críticas por causa da falta de transparência. Montante será utilizado na área da saúde, educação e desenvolvimento urbano.

Reajuste de servidores

R\$ 1,7 bilhão será o valor destinado ao reajuste de servidores da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen); outros R\$ 800 milhões para o reajuste do piso salarial de agentes comunitários de saúde.

PEC dos Precatórios

O governo previa uma abertura de espaço no Orçamento na ordem de R\$ 106,1 bilhões com a promulgação da PEC no ano que vem. No relatório do PLOA, esse valor foi revisado para cima: R\$ 113,1 bilhões em 2022. No total, serão R\$ 89,06 bilhões para o Auxílio Brasil.

Salário mínimo

O Orçamento prevê elevação do salário mínimo para 2022 de R\$ 1.100 para R\$ 1.211,98. A ideia é tentar dar previsibilidade no que diz respeito à **inflação**, que deve continuar alta no próximo ano.

Saúde e educação

A área de Saúde receberá R\$ 147,7 bilhões; e Educação, R\$ 113,4 bi, sendo que R\$ 30,1 bi serão para o Fundeb.

Teto de gastos

Terá um limite de R\$ 1,679 trilhão, com uma correção que tem como base a projeção de alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Dívida pública

A expectativa, segundo o relatório aprovado, é de que os gastos com a dívida pública cheguem a R\$ 1,885 trilhão em 2022.

Os avisos de Mourão e Santos Cruz - ELIO GASPARI

ELIO GASPARI

Bolsonaro encrencou com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária porque ela recomendou a vacinação das crianças. A Anvisa é presidida por um almirante-médico que ele indicou.

Ganha um fim de semana num garimpo ilegal da Amazônia quem souber qual é a utilidade pública dessa canelada, seguida por ameaças feitas aos funcionários da agência.

Ganha um lote desmatado quem for capaz de responder a qualquer uma dessas perguntas:

Qual foi a utilidade de se praticar uma diplomacia de caneladas com a China?

Que interesse tinha a diplomacia brasileira metendo-se na eleição americana e recusando-se a reconhecer a vitória de Joe Biden por 38 dias?

Que interesse essa mesma diplomacia defendia quando Bolsonaro hostilizou o candidato peronista Alberto Fernández? Ele se elegeu.

Por que Bolsonaro garantiu que o governo não compraria a vacina chinesa? Comprou.

Ganha dois lotes quem souber por que Bolsonaro disse em março de 2020 que a Covid seria uma "gripezinha". Mais um lote para quem souber por que ele disse, em dezembro, que a pandemia estava no "finalzinho". De lá para cá morreram mais de 400 mil brasileiros.

Qual foi o motivo da fritura de Gustavo Bebianno, o Secretário-Geral da Presidência que trabalhava pela sua candidatura ao tempo em que seus aliados cabiam numa kombi ?

Qual foi o motivo da fritura do general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz? O mesmo brinde vai para o caso da demissão do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo.

Bolsonaro cultiva excentricidades. Sem caneladas, seriam apenas pitorescas. Afinal, do outro lado do balcão há gente que acredita que a imagem de Neil Armstrong andando na Lua em 1969 é uma fraude.

Ninguém se mete em discussão por causa disso, do nióbio ou do grafeno. No caso do negacionismo sanitário, contudo, o capitão e suas falanges mostraram-se ameaçadores.

Nos últimos dias, dois generais da reserva publicaram artigos pedindo que se baixe a bola, nada além disso.

O general Santos Cruz escreveu o seguinte no jornal O Globo:

"O fanatismo sempre leva à violência e ao desrespeito. Está deteriorando e infectando relações pessoais, sociais e familiares. Está destruindo amizades por causa de governantes que não têm princípios nem compromisso com ninguém nem com nada. (...) O prejuízo ficará para famílias, instituições, amigos e o povo brasileiro... A vigarice seguirá em frente, na busca incessante da impunidade."

No dia seguinte, foi a vez do vice-presidente Hamilton Mourão. Ele escreveu em O Estado de S. Paulo:

"A atual polarização do país extrapola a ciência política e atinge nossa rotina social. Por não sabermos lidar com a euforia própria da temática, nossas relações interpessoais acabam sendo afetadas. (...) As conversas temperadas de bom senso e gentileza terminam por ocorrer apenas entre aqueles que têm uma mesma visão do mundo e da política."

"Todas as esferas da vida só prosperam com diálogo civilizado e construtivo. É preciso superar a agenda do confronto, do "eu contra você" e "nós contra eles". (...) A conversa, sem condenação prévia, sem rótulos, mas com abertura para o crescimento e soluções pacíficas, é fundamental para o avanço do Brasil, fortalecimento da democracia e resgate da paz social."

Quem avisa inimigo não é.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49767&anchor=6447569&pd=df59091cabf3eef6d8606e20bc12fa2a>

Orçamento é capturado por interesses e projetos eleitorais



Votação do projeto de lei orçamentária no plenário da Câmara; despesas na área social preteridas

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA | COLABOROU
DANIEL WETERMAN**

Não foi pelos mais pobres. A aprovação, ontem, do Orçamento do governo federal no ano eleitoral de 2022 confirmou o roteiro traçado quando o presidente Jair Bolsonaro e os líderes do Congresso acertaram, há exatos dois meses, "pedalar" o pagamento de precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça) e quebrar o teto de gastos - a principal âncora de sustentabilidade das contas públicas do País.

A "licença para gastar" com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) garantiu R\$ 113 bilhões extras de despesas no Orçamento de 2022, mais do que o dobro dos R\$ 54 bilhões que serão usados para aumentar o orçamento inicial de R\$ 35 bilhões do novo programa social, o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

Foi uma votação do Orçamento sem freios. Na reta final, os deputados e senadores carimbaram R\$ 16,5 bilhões de emendas de relator do chamado "orçamento secreto", revelado pelo Estadão, para enviar para as suas bases regionais gastarem em obras na maioria das vezes paroquiais e eleitoreiras.

Os partidos também encheram o fundo eleitoral com mais R\$ 4,9 bilhões para serem usados na campanha do ano que vem. A "disputa" por um fundo de R\$ 5,7

bilhões, que travou a votação do Orçamento anteontem, se mostrou mais um "bode na sala" como estratégia para os parlamentares dizerem que recuaram, diminuindo o valor do aporte em nome de mais recursos para outras áreas como saúde e educação.

Teatro bem ensaiado com o apoio em peso dos parlamentares e do governo. Todos de olho nas eleições.

De quebra, o presidente Bolsonaro conseguiu R\$ 1,7 bilhão para os policiais, provocando uma reação nas outras carreiras que ficaram sem reajuste.

Os auditores fiscais da Receita, categoria com grande poder de pressão de parar aeroportos e portos e fazer "operação tartaruga" na hora de arrecadar, já ameaçaram paralisações e entrega de cargos (mais informações na pág. A12).

SERVIDORES. Uma crise em cascata no funcionalismo já está contratada com a decisão do Congresso de privilegiar apenas uma categoria, de acordo com alerta da própria equipe econômica. A concessão de outros aumentos já é dada como certa não só no Executivo, mas, sobretudo, no Judiciário, que, com as mudanças no teto, ganhou também margem para gastar.

"A caixa de Pandora foi aberta", resumiu o economista Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o primeiro a mostrar com números que o furo no teto seria superior ao valor que o governo estava apontando, de R\$ 106 bilhões. E o valor poderá ser ainda maior e chegar a R\$ 118 bilhões a depender da **inflação** em 2021.

GASTOS. A estratégia do Ministério da Economia para evitar a farra de gastos foi inflar a previsão de despesas obrigatórias (com abono e benefícios da Previdência). Não deu certo.

O Congresso fez a conta e viu que os números estavam mais altos. Como resposta, o Congresso cortou R\$ 16,5 bilhões de subsídios, Previdência, BPC (benefício para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda) e pessoal.

Uma prova de que a vinculação de recursos da PEC a

programas sociais não funcionou.

Se fosse assim, essa "sobra" teria de ter ido para reforçar o Auxílio Brasil, que não vai acabar com as filas de famílias que esperam pelo benefício porque os senadores votaram contra.

O argumento usado para mudar as regras fiscais e dar um calote nos precatórios foi de que era preciso combater o aumento da pobreza, garantindo um auxílio de R\$ 400. Mas a votação de ontem escancarou como os interesses paroquiais do Congresso e do governo se sobressaem na divisão dos recursos públicos.

A fotografia que melhor retrata a atual desorganização orçamentária é a do presidente Jair Bolsonaro, de férias, dançando funk numa lancha no litoral de São Paulo ao mesmo tempo que o Congresso fazia as últimas negociações para aprovar o Orçamento do último ano do seu governo.

"Eleitoreiro" Interesses paroquiais do Congresso e do governo se sobressaem na divisão do dinheiro público
Prioridades

Prioridades

O que foi preterido Gastos sociais

Mesmo com o Auxílio Brasil de R\$ 400, o gasto do governo Bolsonaro com transferência de renda será menor em 2022 em relação a 2021: são R\$ 7 bilhões a menos e 22 milhões de famílias que ficarão sem proteção na pandemia.

Obras

O patamar de investimentos será o menor da história em 2022. Serão R\$ 44 bilhões para infraestrutura, escolas, postos de saúde, defesa e em todas as áreas que dependem de recursos da União.

Vacinas

Parlamentares ligados à Saúde pediram R\$ 5 bilhões a mais para a compra de imunizantes no ano que vem, mas o valor não foi incluído no relatório final do Orçamento.

Defesa Civil

A previsão de recursos é a menor dos últimos anos. Serão R\$ 504 milhões destinados à área responsável pela preparação do País para enfrentar eventos climáticos extremos, como enchentes.

Aumento para servidores O presidente Jair Bolsonaro

prometeu reajuste para todos os servidores em 2022, mas incluiu apenas aumento salarial para carreiras policiais.

O que foi privilegiado

Campanhas políticas

Partidos terão o maior volume de dinheiro público da história para financiar campanhas em 2022. Serão R\$ 4,9 bilhões, além de R\$ 1,1 bilhão de outro fundo público.

Orçamento secreto

Em 2022, serão mais R\$ 16,5 bilhões repassados a redutos políticos de deputados e senadores alinhados ao governo, sem critérios claros e com pouca transparência.

Aumento para policiais

Congresso reservou R\$ 1,7 bilhão para bancar o reajuste salarial a policiais federais. O plano prevê reestruturação de carreiras da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Novos cargos públicos

Além do dinheiro para o reajuste a policiais, o governo terá R\$ 2,8 bilhões para a criação de cargos e a ocupação de novas vagas na administração federal, em ano eleitoral.

Aviões militares

O ministério que receberá a maior parte dos investimentos para 2022 será o da Defesa.

Só para compra de aeronaves e caças da FAB, por exemplo, está reservado R\$ 1,2 bilhão, valor maior que todo o montante previsto para ser gasto em saneamento básico (R\$ 1 bilhão) no próximo ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação versus consumo e PIB (Editorial)



Motor principal da economia, o consumo deve ser de novo prejudicado, em 2022, pela corrosão da renda familiar, o pior efeito da **inflação** acelerada. Neste ano e no próximo, a alta dos preços ao consumidor, segundo projeções do mercado, vai superar o teto da meta, isto é, o limite oficial de tolerância. Por mais 12 meses, pelo menos, sobreviver será um duríssimo desafio, no País, para a maior parte dos trabalhadores e suas famílias. As estimativas indicam **inflação** de 10,04% em 2021 e de 5,03% no ano seguinte. As metas em vigor são 3,75% e 3,50%, com limites superiores de 5,25% e 5%. Em 2023 os preços deverão subir, segundo as expectativas, 3,40% - abaixo do teto de 4,75%, mas acima do centro do alvo, 3,25%.

No início do novo período presidencial, o País continuará pagando, em todos os sentidos, pelos erros e desmandos cometidos no atual mandato. Os dados são da pesquisa Focus, publicada semanalmente pelo Banco Central (BC).

Diretores do BC prometem manter o esforço, por meio de juros altos, para levar a **inflação** à meta. Não definem oficialmente um prazo, mas indicam o próximo biênio como "horizonte relevante". Este ano termina com juros básicos de 9,25%. A taxa prevista para o fim de 2022 chegou a 11,50%. A taxa poderá cair para 8% em 2023, mas ainda será muito alta e continuará dificultando o crédito para a maior parte dos consumidores e das empresas.

Com a renda familiar comida pela **inflação** e o crédito

muito caro, os negócios serão inevitavelmente prejudicados. As projeções dos juros e da alta de preços são compatíveis com uma economia emperrada. No mercado, a mediana das estimativas aponta expansão de 0,50% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022 e de 1,85% em 2023. Todas essas projeções têm diminuído sensivelmente ao longo dos meses. Algumas chegam a manter-se por umas poucas semanas.

Não há como prever grande melhora econômica nos próximos anos. A insegurança quanto às contas públicas tem peso importante na formação das expectativas.

Essas contas devem ficar amplamente sujeitas, em 2022, aos interesses eleitorais do presidente Jair Bolsonaro e às demandas de seus apoiadores do Centrão. Incertezas fiscais favorecem o envio de dólares para fora. Isso resulta em supervalorização da moeda americana diante do real, com efeitos sobre os preços de muitas mercadorias. Ambiente inseguro desestimula investimentos de longo prazo, limitando as possibilidades de aumento do **PIB**. O potencial de crescimento, já muito limitado nos últimos dez anos, está hoje estimado em torno de 2% ao ano, mas há quem considere otimista essa avaliação.

O presidente Jair Bolsonaro completará três anos de mandato, em poucos dias, sem ter contribuído para ampliar o dinamismo e as possibilidades de crescimento da economia brasileira. Nada fez para reverter o enfraquecimento da indústria, iniciado no período petista, nem para aumentar a inserção do País no sistema global ou para impulsionar a educação e a ciência. Mas tem cuidado bem dos seus próximos e do Centrão.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Não há espaço fiscal para aumentar Auxílio Brasil, diz Nogueira



Ciro Nogueira: "O que vai ser decisivo na eleição é essa rejeição a esse PT que a população não quer ver de volta"

Andrea Jubé, Fabio Murakawa, Renan Truffi e Matheus Schuch De Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, afirmou ontem, durante a "Live" do Valor, que ninguém no governo "leva a sério" a discussão sobre elevar o benefício do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, de R\$ 400 para R\$ 600, porque não há espaço fiscal para isso.

Na mesma entrevista, o ministro adiantou pontos do futuro programa de microcrédito, que o governo lançará em fevereiro ou março do próximo ano, com forte apelo eleitoral.

Nogueira declarou-se contrário à elevação do valor máximo do crédito, estimado em R\$ 4 mil, que será viabilizado pelos bancos públicos. Mas disse que o governo trabalha para ampliar o alcance dos beneficiários: o público-alvo hoje é calculado em 20 milhões de pessoas, a maioria formada por brasileiros que perderam o auxílio emergencial, pago durante a pandemia.

Ex-aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Piauí, Nogueira criticou com ironia a eventual chapa com o presidenciável do PT à frente e o ex-governador de São Paulo **Geraldo Alckmin**, que deixou o PSDB, como vice: "Seria o cruzamento de porco-espinho com capivara." Ele também afirmou que o Lula que lidera

as pesquisas atualmente seria uma "ilusão de ótica", porque quando a campanha começar, estará acompanhado de lideranças do PT, que enfrentam alta rejeição do eleitorado. "O que vai ser decisivo na eleição é essa rejeição a esse PT que a população não quer ver de volta." Ele vê com ceticismo a pré-candidatura do ex-juiz **Sergio Moro**, duvida que ele mantenha a postulação até o fim e assegura que o ex-ministro não chegará sequer em terceiro lugar. Para Nogueira, Moro vive uma crise de identidade: "Quando ele era juiz, ele agia como político. Agora como político, ele age como juiz".

O ministro reconheceu que o maior problema do país hoje é a **inflação**, mas ressaltou que é preciso aguardar os efeitos dos novos programas populares para assistir à virada do cenário eleitoral. Ele assegura que até maio, o Brasil entrará em processo de recuperação econômica.

"Não tenho dúvidas de que teremos queda da **inflação** no próximo ano. O Auxílio [Brasil] começou agora, vai ter o programa de microcrédito em dois ou três meses. Tenho pesquisas que mostram que se a **inflação** cair e o emprego aumentar, 36% dizem que votam no Bolsonaro".

No fim, Nogueira confirmou que não vai concorrer a cargo eletivo no ano que vem. Ele adiantou que vai conduzir o governo, enquanto Bolsonaro sair para a campanha eleitoral, mas acumulará a função com uma vaga na coordenação de campanha.

"Minha missão é ficar até o final do governo na Casa Civil", concluiu. Seguem os principais temas tratados na "live": Auxílio Brasil de R\$ 600 "Ninguém leva essa discussão [sobre aumento do benefício para R\$ 600]. Ninguém sério acha que a gente tem espaço fiscal para além dos R\$ 400. E isso [o valor de R\$ 400] foi além do que se imaginava, foi um esforço tremendo do presidente da República. Sabemos da quantidade de pessoas passando fome, pelo menos 20 milhões [de pessoas] com dificuldade de se alimentar diariamente. E esse esforço foi fundamental. Mas não tem a menor perspectiva de aumentar esse valor [de R\$ 400], que já é significativo. Nós mais do que dobramos o valor do [antigo] Bolsa Família. Não trabalhamos com esse cenário no próximo ano".

Microcrédito de até R\$ 4 mil "Estamos estudando

ainda, mas não é só da Caixa [Econômica Federal], é bem mais amplo. Poderá ter a participação de todos os bancos oficiais, como Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Basa [Banco da Amazônia]. Esse é o nosso grande foco: levar crédito para as pessoas de baixa renda para que possam sair desse momento de auxílio emergencial, possam criar seus negócios. Isso é fundamental. Poderemos ir além desse número [em estudo] de 20 milhões de pessoas. Sou contra aumentar muito mais esse valor [de até R\$ 4 mil por pessoa], acho melhor atingir mais gente, para que essas pessoas possam deixar de precisar do governo. Vamos dar condições para essas pessoas se capacitarem, crescerem e empreenderem. Deve ser lançado de fevereiro para março. É fundamental para nossa recuperação econômica".

Lula-Alckmin "São dois grandes homens públicos, mas que têm trajetórias de vida completamente diferentes. Seria o cruzamento de porco-espinho com capivara. O eleitorado [que vota para] presidente da República não é um eleitorado que soma dois mais dois, tem um pensamento diverso. Não vejo chance de ter sucesso eleitoral esta aliança, que possa ter algum resultado na eleição." Terceira via "São dois extremos, Bolsonaro e Lula. Quem atrair o centro ganha a eleição. Acho que [Alckmin na vice] é mais uma tentativa de Lula de atrair o centro, já que o centro hoje está mais propenso a apoiar o presidente Bolsonaro. As pesquisas a que tenho acesso mostram que as perspectivas de uma terceira via [ganhar eleição] são praticamente nulas. [São pesquisas internas, encomendadas pelos aliados do presidente] Nelas, Lula está à frente de Bolsonaro, mas em margem não tão significativa. O que considero consolidado é a vantagem dele na espontânea, sempre de 6 a 8 pontos na frente do Bolsonaro".

Rejeição do PT "Agora o Lula que estamos vendo hoje é uma ilusão de ótica. Não é esse o Lula que vai pra campanha, o Lula bonzinho, longe da [presidente do PT], Gleisi Hoffmann, do [ex-ministro] José Dirceu, dos Palocis da vida, dos Vaccaris da vida. Essas pessoas têm rejeição muito grande no país. Lula está tentando esconder a foto dele com a Dilma [Rousseff]. Lula sozinho é uma figura querida, mas bota ele do lado da Gleisi. "O que vai ser decisivo na eleição é essa rejeição a esse PT que a população não quer ver de volta no governo".

Sergio Moro "O [ex-juiz Sergio] Moro vive hoje uma crise de identidade muito grande. Eu duvido até da permanência dele como candidato. Porque quando ele era juiz, ele agia como político. Agora como político, ele age como juiz. Uma pessoa que tem coragem de, com a história que ele tem, receber salário de fundo eleitoral? [O Podemos divulgou que vai pagar salário de R\$ 22 mil para Moro], Com o seu partido, na

grande maioria, votando contra o fundo partidário, ele tem coragem? Não vejo a menor perspectiva de ele [Moro] se consolidar. Pode anotar: ele não será nem terceiro colocado".

Lava-Jato "O resultado que eles [Força-Tarefa da Lava-Jato] queriam está aí: Moro filiado em partido político, [o ex-procurador] Deltan [Dallagnol] filiado. É preciso respeitar os resultados [da operação]. Mas fica claro que essas pessoas estavam comandando um processo político. Muita coisa ainda vai acontecer de esclarecimento do que aconteceu de errado naquela época, acordos de leniência ou de delação desvirtuados. Temos casos de leniência ou delação desvirtuadas".

Segundo turno "Acho praticamente impossível não ter segundo turno. Mas as chances de mudar o cenário eleitoral, só se os dois [Lula e Bolsonaro] não forem candidatos. Os dois têm o mesmo piso, que não pode ser alcançado por nenhum outro candidato. Não vejo perspectiva ou chance de Lula e Bolsonaro não estarem no segundo turno".

Vice de Bolsonaro "Aconselhei Bolsonaro a escolher um vice de extrema confiança. Apoiaremos a reeleição, mesmo se o vice não for do nosso partido. Nunca ouvi o presidente falar em indicar militar para vice. A expectativa é que seja alguém de Minas ou do Nordeste." São Paulo "[O ministro da Infraestrutura] Tarcísio [de Freitas] está mais do que convencido [a disputar o governo de São Paulo. O natural é que ele vá para o PL. Será um candidato com grandes chances de vitória. Com a saída do [ex-governador Geraldo] Alckmin [da sucessão estadual], o cenário fica imprevisível. [O vice-governador] Rodrigo Garcia (PSDB) tem uma força política muito grande, o [ex-prefeito] Fernando Haddad (PT) deve vir forte, mas o Tarcísio virá com a força do Bolsonaro. O eleitor do Alckmin é de direita, a expectativa é que os votos dele se dividam entre o Rodrigo e o Tarcísio".

Inflação "O maior problema do país hoje é a **inflação**. Não tenho dúvidas de que teremos queda da **inflação** no próximo ano. O Auxílio [Brasil] começou agora, vai ter o programa de microcrédito em dois ou três meses. Tenho pesquisas que mostram que se a **inflação** cair e o emprego aumentar, 36% dizem que votam no Bolsonaro. Até maio, o país estará em recuperação econômica e o cenário eleitoral estará completamente diferente. A orientação do presidente para ano que vem é reduzir **inflação**, gerar empregos e promover crédito. A pandemia não será fator eleitoral predominante".

Reeleição "Vai ser uma campanha muito polarizada, o país está muito dividido, mas as pessoas de bom senso vão reeleger o presidente. Na história do país,

nunca se deixou de reeleger um presidente. Existe um sentimento nas pessoas de que a reeleição é um direito do governante. Vamos demonstrar o que foi feito e o que poderemos fazer nos próximos quatro anos".

Fundo eleitoral "Muito deputado é contra o fundo eleitoral e no dia seguinte, está na minha porta pedindo recurso. [Nogueira é presidente licenciado do Progressistas.] Fiz apelo à Comissão de Orçamento para que o [recurso do] fundo venha das emendas de bancada. Espero que termine [a discussão], é um erro do Congresso terminar o ano sem votar o Orçamento."

Reforma tributária "Agora só a força popular [para que o Congresso vote a matéria]. Vão ter que explicar porque isso não está andando no Senado. É uma oportunidade de ouro de tentar melhorar o sistema tributário injusto em que a gente tem que tirar de quem ganha menos. Tem pressão para não votar principalmente das pessoas mais ricas, os grandes empresários que não querem pagar mais imposto, querem evitar que se faça justiça tributária no país. Mas também tem pressão dos governadores, que torcem contra o governo." Base no Senado "Temos uma base bem mais sólida na Câmara. O Senado é dividido, tem a possível candidatura à Presidência do próprio presidente [Rodrigo Pacheco], De qualquer forma, o governo não teve nenhuma denota no Senado. A privatização dos Correios está parada, a reforma do Imposto de Renda não foi votada, infelizmente, mas o que foi votado até agora o governo ganhou." Relação com STF "O conflito com o STF [Supremo Tribunal Federal] está superado; houve erros de parte a parte. Houve momentos de muita tensão [como a comemoração do Sete de Setembro], mas graças a Deus a serenidade e o equilíbrio voltaram à tona. Tenho certeza que estes momentos [de instabilidade com o STF] não voltarão mais." Jogos de azar "Vou falar como senador, não como ministro. Sempre fui defensor da legalização do jogo no Brasil. Preferia que não tivesse jogo, mas o Brasil hoje é um dos lugares onde mais se aposta no mundo. E só temos os malefícios do jogo: corrupção, proteção policial, sonegação e a questão do vício. Mas não temos os benefícios que é gerar emprego e renda, investimento, cuidar das pessoas viciadas com recursos do próprio jogo. Agora temos que aguardar a decisão do Congresso Nacional."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187098